



O chefe dos tonton macoute em Fernando de Noronha

## Assassinos do povo haitiano: fora do Brasil!

É inadmissível que o Brasil sirva de refúgio para o carrasco Albert Pierre, ex-chefe da polícia política do Haiti - os famigerados tonton macoute - responsável por torturas indiscriminadas de presos políticos e pelo assassinato de pelo menos 500 pessoas em três anos.

O direito de asilo, para proteger os perseguidos políticos contra regimes tirânicos, não pode ser distorcido e usado para livrar bandidos como este do julgamento e da punição pelo povo que durante tantos anos ele ajudou a massacrar.

Urge que em todo o país se levantem os protestos para pôr fora do país este Mengele caribenho. Albert, sua mulher e outro policial, Gener Cotin, receberam autorização do governo para permanecer por 60 dias em Fernando de Noronha, até que se encontre outra solução. Esta decisão absurda não pode ser aceita passivamente. Os assassinos devem ser devolvidos à Justiça de seu país imediatamente. Silenciar neste caso equivale à cumplicidade.

# Patrões formam central única para dominar a Constituinte

Os banqueiros, industriais, comerciantes e latifundiários lançaram segunda-feira, dia 24, a União Brasileira dos Empresários, UBE. Com características de central

única das classes exploradoras, a UBE se propõe inclusive a manifestar "interesse na Constituinte", defendendo as teses patronais contra o despertar da consciência

dos trabalhadores. E servirá como porta-voz das articulações já em curso, "caixinhas" e leilões de gado, visando eleger uma forte bancada de direita em novembro. Página 3.

### EDITORIAL

## Medidas drásticas

A culpa no mês passado foi do café. Houve uma época em que era do xuxu. Nos filmes policiais é do mordomo. O fato é que a inflação em janeiro foi de 16,2% e em fevereiro ficou em torno de 15%. Diziam que não é possível conceder o reajuste trimestral de salários, "senão a inflação dispara". Por isto o trabalhador é obrigado a ver os preços subirem a cada semana e o seu salário ser reajustado de seis em seis meses.

A disparada inflacionária tem evidentemente outras causas. Na última segunda-feira o presidente Sarney concedeu entrevista a um órgão da grande imprensa queixando-se de que o governo atacou o déficit público, tratou de segurar os preços industriais, as tarifas e os preços agrícolas. "Com tudo isso a inflação deveria ter baixado, e ainda não baixou", concluiu com um ar de impotência. E, um pouco enigmático, ameaçou: "Talvez tenhamos de tomar medidas drásticas".

Há muito tempo que o povo reclama por medidas drásticas para conter esta calamidade. Quem trabalha e vive de salários é o maior prejudicado com esta situação. Os rendimentos dos capitalistas são fixados com base na chamada correção monetária. Os magnatas enriquecem mais ainda com o processo inflacionário. Mas os salários têm outro processo de reajuste e só são alterados em prazos muito longos. Cada vez o trabalhador compra menos coisas com o dinheiro que recebe.

Também faz tempo que os trabalhadores, através de congressos, encontros, seminários, pronunciamentos de seus dirigentes políticos e sindicais, apontam que a questão-chave para deter esta avalanche é acabar com a sangria de dólares para o exterior para o pagamento de juros e amortização da dívida externa. Defendem que se coloque estes recursos fabulosos a serviço da produção e do progresso independente do país, em vez de destiná-

los ao enriquecimento dos banqueiros internacionais que já foram fartamente recompensados pelos empréstimos que fizeram. Suspender o pagamento da dívida externa é a exigência da maioria dos brasileiros.

Mas as "medidas drásticas" que estão em cogitação nas altas esferas governamentais têm caráter muito diferente. Dizem respeito a um processo violento de desnacionalização das empresas estatais - acobertado com o nome de privatização - ao congelamento dos salários (lá embaixo) e dos preços (nas alturas), a uma reforma monetária que desvalorize ainda mais a moeda nacional e outras providências que na prática significam novos e pesados sacrifícios para o povo. Basta lembrar a tal retirada dos subsídios há tempos atrás, "para equilibrar a economia", cuja maior consequência foi a subida vertiginosa do preço do pão. Ao fecharmos esta edição anunciava-se um novo pacote com esta inspiração. Iniciativas assim não atendem às necessidades do país, subordinam ainda mais nossa economia ao capital estrangeiro e aprofundam o descontentamento popular.

O povo não lutou durante duas décadas contra a ditadura militar para agora continuar explorado e enganado por promessas vazias. A conjuntura exige unidade e luta de todas as forças interessadas realmente em mudanças. De imediato, em relação à inflação, o que se impõe é adotar medidas urgentes que penalizem os ricos, os grandes empresários e banqueiros, que se aproveitam da crise para acumular cada dia maiores riquezas. Um imposto especial, de emergência, sobre os lucros dos capitalistas pode financiar um plano de retomada do desenvolvimento e de melhoria das condições dos pobres. E como transformação em profundidade, a pedra de toque é pôr fim ao pagamento de juros e amortizações da dívida externa, que na verdade já foi paga.



## Sindicalistas paulistas decidem apoiar CGT

Reunidos no Enclat de São Paulo, mais de 400 sindicalistas aprovam fundação da nova central no Conclat de março. Também apóiam a proposta de greve geral pela suspensão do pagamento da dívida. Pág. 6

## Operários lutam contra privatização da Maferesa

Cerca de 300 trabalhadores reuniram-se dia 21 diante da Maferesa para protestar contra a intenção do governo, de privatizá-la. "E ceder ao imperialismo", comentam. P.4



Nas ruas o povo enfrentou os tanques de Ferdinand Marcos

## Filipinos botam o ditador para correr

Povo filipino não engoliu fraude eleitoral de Marcos, mas continua ameaçado pelo imperialismo japonês. Pág. 2

## Sindicalista do PT acusado de corrupção

Advogado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Alagoas acusa a diretoria petista. Veja na página 10

## Ditadura de Jânio revolta secundaristas

Os alunos da rede municipal de São Paulo, assim como os professores, reagem com indignação ao clima opressivo e à censura criados pelo prefeito. Página 10

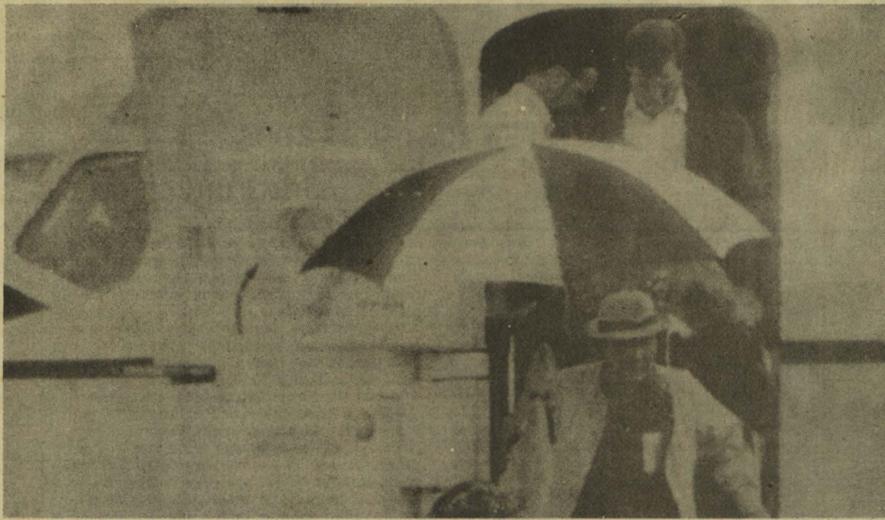
CDM  
Centro de Documentação e Informação  
Fundação Maurício de Lacerda

# O fim da ditadura de Ferdinand Marcos

Teve fim a ditadura de Ferdinand Marcos nas sete mil ilhas filipinas. No dia 25, após jurar defender-se "até a última gota de sangue" contra a rebelião popular e militar contra seu governo, Marcos fugiu numa aeronave da Força Aérea dos EUA do palácio do governo. Corazón Aquino, candidata da oposição à presidência do país, é a nova chefe de governo.

Ferdinand Marcos assumiu o poder em 1965, quando foi eleito presidente. A partir de 1970, Marcos apela para a lei marcial, buscando calar a oposição que se levantava contra seus desmandos administrativos e seu servilismo aos interesses norte-americanos. Começa a luta de guerrilhas no campo, ainda hoje existente. O presidente já mantém seu mandato pela força, e não pelos votos que o levaram ao poder.

Em agosto de 1983, o presidente manda assassinar, no aeroporto, o líder oposicionista Benigno Aquino, que voltava do exílio nos Estados Unidos para retomar a ação política em seu próprio país. O



Marcos promete "resistir até a última gota de sangue". Em seguida, fuge

crime desgasta Marcos a nível nacional e internacional. A guerrilha ganha força. Nas cidades, multiplicam-se as manifestações populares contra o governo.

Os Estados Unidos acompanham o desenrolar dos acontecimentos com atenção. As Filipinas sediam as duas maiores bases militares norte-americanas no exterior: a base naval de Subic e a base aérea de Clark. Não interessa à Casa Branca um governo instável

nas ilhas. Reagan aconselha seu colega Marcos a antecipar as eleições presidenciais de 1986 para 1985, e é atendido.

Nas eleições Corazón Aquino, viúva de Benigno, sai candidata por uma coalização oposicionista, embora setores envolvidos com a guerrilha recusem-se a participar do pleito, alegando que Marcos, candidato à reeleição, apelará para a fraude visando garantir a maioria dos votos. No dia 7 de fevereiro deste ano os filipinos vão às urnas, e dão vitória a Corazón Aquino. Mas, em meio a uma onda de denúncias de fraudes as mais aberrantes, e em meio a assassinatos de oposicionistas - inclusive do chefe da campanha de Aquino -, o parlamento declara Marcos vencedor.

## INTERFERÊNCIA IANQUE

A opinião pública filipina e internacional já não davam crédito para o resultado oficial do pleito. O governo Reagan vacila. Primeiro, seus assessores que foram "fiscalizar" as eleições condenaram os vícios do processo eleitoral. Mas Reagan disse que "respeitaria" o resultado oficial. Depois, o presidente ianque admitiu que as eleições "foram prejudicadas pela fraude e pela violência generalizada do partido no poder". Chegou a propor um governo de coalizão, integrado por Marcos e por Aquino, o que foi repudiado pela candi-

data oposicionista.

Na semana passada aterrou em Manila o assessor de Reagan, Philip Habib. Estabeleceu contatos com a oposição, com o ditador e com militares. No dia 22 o ministro da Defesa, Juan Ponce Enrile, e o comandante interino das Forças Armadas, general Fidel Ramos, ambos colegas de governo de Marcos desde os idos de 1965, rebelaram-se e passaram a defender a formação de um governo chefiado por Corazón Aquino. Dois dias depois, os Estados Unidos divulgaram um comunicado considerando "fútil" a manutenção "do atual

governo pela violência". Até os 800 oficiais e soldados filipinos da base norte-americana de Clark aderiram à rebelião!

Já não havia dúvidas: os EUA haviam descartado seu fiel laçao, Ferdinand Marcos. Mas Reagan prometeu ajudar o "velho amigo e aliado", oferecendo-lhe asilo político. No dia 25, Marcos aceitou a oferta. Fugiu do povo filipino e refugiou-se na base militar ianque, de onde deve partir para os EUA. O secretário de Estado norte-americano, George Shultz, declarou que o ex-ditador "decidiu acatar a voz da razão"...

No momento em que encerramos esta edição, vê-se uma clara manobra da Casa Branca no sentido de tutelar o governo de Corazón Aquino. O general Fidel Ramos, que integra o novo ministério, formou-se na academia militar ianque de West Point, em 1950. Seu colega Enrile, também transfuga do antigo regime e ministro de Aquino, formou-se em Direito pela universidade norte-americana de Harvard. E Philip Habib, assessor de Reagan, já anunciou que nos próximos dias estará novamente em Manila para "assessorar Corazón na transferência de poder", segundo o que divulgou a imprensa. Enquanto isso o povo filipino continua nas ruas, manifestando sua alegria pela queda do ditador, e seu desejo de um governo soberano, atento à defesa dos interesses do país.

## Protesto de 50 mil em San Salvador

Cerca de 50.000 pessoas participaram de uma manifestação no dia 21, em San Salvador, em protesto pelas medidas econômicas de austeridade impostas pelo governo salvadoreño. A manifestação foi organizada pela recém-fundada "Unidade Nacional dos Trabalhadores Salvadoreños" e pela "Unidade Popular Democrática" (um dos grupos que ajudou o presidente democrata-cristão Napoleón Duarte a se eleger em 1984).

Segundo um dos oradores da manifestação, o governo está obrigando o povo a pagar mais impostos para continuar financiando a guerra, quando o povo quer o diálogo (já proposto pela guerrilha) e a paz. "Ontem votamos enganados, hoje protestamos convencidos. Fora Duarte", "Sem Duarte, para que me farte", foram algumas das palavras de ordem exibidas em cartazes durante a manifestação. Um outro orador afirmou que a reforma agrária no país é uma farsa, pois atingiu apenas 15% dos camponeses, enquanto existem no país atualmente 3.600.000 camponeses sem terra.

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional afirmou, através da clandestina rádio Venceremos, que os únicos beneficiados com o plano econômico do governo "pró-imperialista são os militares, os funcionários corruptos e a própria família Duarte, que em apenas 20 meses de governo demonstrou sua incapacidade de governar".

No mesmo dia, a Comissão de Direitos Humanos de El Salvador divulgou um balanço dos mortos da guerra civil nos primeiros 45 dias do ano: 340, a maioria deles durante os bombardeios da Força Aérea sobre a população civil.

## Reagan visita seus domínios em Granada

A visita de cinco horas que Reagan fez a Granada no dia 21 - acompanhado de 500 assessores, quatro aviões, 12 limusines, oito banheiros portáteis, cães policiais e até água potável e sangue para uma transfusão de emergência - foi bem sintetizada pelo jornal mexicano Unomásuno: Washington tentou mostrar Reagan como "um campeão do mundo livre em uma trincheira reconquistada do comunismo", mas na verdade "o passeio reaganiano se pareceu bastante ao de um chefe imperial que percorre, em meio a uma cenografia artificialmente preparada, um de seus domínios".

Durante sua permanência na ilha invadida pelos EUA em outubro de 1983, Reagan voltou a ameaçar o governo sandinista, afirmando que "hoje na Nicarágua, vemos uma seqüência de acontecimentos semelhantes à ocorrida em Granada: ouvimos as mesmas desculpas para os comunistas, enquanto o povo vê sua liberdade desaparecer".

Se o governo norte-americano enviar tropas para invadir a Nicarágua - respondeu o presidente Daniel Ortega, no mesmo dia - elas serão recebidas não apenas "pelos fuzis do povo nicaraguense, mas também pelo levante dos povos centro-americanos".

## México limita o pagamento da dívida

A crise do sistema financeiro mundial, de proporções alarmantes, está tendo novos desdobramentos nada agradáveis aos agiotas estrangeiros. O governo peruano, que desde 1985 limitou o pagamento da dívida externa a 10% das exportações, retirou todas as reservas de ouro, prata e outras moedas depositadas nos bancos norte-americanos para precaver-se contra possíveis represálias (no caso, perigo de embargo) do imperialismo ianque. Já o presidente do México, Miguel de la Madri, anunciou que também vai reduzir o pagamento dos juros da dívida (a segunda maior do mundo, em torno de 100 bilhões de dólares) à sua "capacidade de pagar". Os credores deverão, agora, "partilhar os sacrifícios", disse de la Madri. A posição do México, um país mergulhado em grave crise social pela dívida agora agravada com a deteriorização do preço do seu principal produto de exportação (o petróleo), é ainda bastante tímida - a posição do presidente assegura que não quer confrontação. Mas não deixa de ser uma nova pulga na orelha dos banqueiros.

## Um palpite infeliz

Os recentes acontecimentos nas Filipinas serviram para desmascarar também os interesses escusos que guiam a diplomacia do socialimperialismo soviético, por sinal, neste caso, bastante desastrosa.

A União Soviética e a Tchecoslováquia foram os únicos países que congratularam-se com Ferdinand Marcos "por sua vitória nas eleições do dia 7". O embaixador soviético no país, Vadim Shabalin, apresentou suas credenciais a Marcos (logo após a divulgação "oficial" do resultado do pleito, sabidamente fraudado e repudiado por todo o povo

filipino) e a felicitação "pessoal" do Kremlin.

As coisas não poderiam ser mais claras. Na medida em que o ditador foi descartado pelo imperialismo ianque, os revisionistas soviéticos passaram a alentar a possibilidade de atraí-lo para sua órbita. O povo filipino, contudo, exigia nas ruas o fim do reinado de Marcos, cujo governo estava completamente desmoralizado. Com o palpite de que o homem ainda tinha futuro e com seu impecável desprezo pelos interesses populares, Moscou não levou isto em conta. E sua escolha revelou-se um palpite infeliz.

# Gorbatchev pede aplausos no 21º Congresso do PCUS



Gorbatchev: "fanfarronadas" a la Krushev

No dia 25, o exato dia em que se completavam 30 anos do malfadado discurso com o qual Nikita Krushev enleou o nome de José Stálin, o novo dirigente do partido revisionista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, abriu o 27º Congresso do PCUS. Não foi por acaso. As idéias defendidas por Gorbachev são tão alheias ao marxismo-leninismo quanto eram as que Krushev alardeava.

A exemplo de seu antecessor, Gorbachev também fez fanfarronadas no Congresso: perguntou aos 5 mil delegados presentes por que não o aplaudiram quando criticou a má qualidade dos produtos soviéticos. Ai sim, entre risos, foi aplaudido pela claque.

O líder do PCUS não poupou críticas ao período em que o grupo de Leonid Brejnev dominou seu partido e o país, referindo-se à "inércia, rigidez das formas de administração, uma redução de dinamismo, o crescimento da burocracia, todas essas coisas que causaram um dano nada leve à nossa causa". A causa, aqui, certamente não é o socialismo, mas o abandono ao comunismo científico e a retomada do capitalismo na URSS, conduzida por Krushev e depois continuada por Brejnev.

Gorbachev assumiu o poder em 11 de março de 1985, e desde então substituiu 40 dos 198 secretários regionais do partido, trocou cerca de 30

ministros e destituiu do Politburo vários elementos que eram ligados a Brejnev.

O PCUS, como pretendia Krushev, de fato deixou de ser o partido de vanguarda do proletariado. Isso se reflete inclusive na composição social do partido que, neste 27º congresso tem menos de metade de seus 18,5 milhões de filiados oriundos da classe operária. No novo Comitê Central, a ser eleito agora, prevê-se a predominância do grupo ligado a Gorbachev. Fala-se de uma política de agilização da economia soviética. Mas nada que leve a URSS de volta ao caminho do socialismo. Trata-se, quando muito, de uma modernização do social-imperialismo.

# Universitários albaneses têm trabalho garantido

Na Albânia Socialista, os estudantes que concluem seus cursos saem diretamente das salas de aula para o trabalho. Todos têm colocação garantida em suas especialidades. É o que conta o reitor da Universidade Enver Hoxha, de Tirana, Osman Kraja, em entrevista à revista "Albânia Nueva", que reproduzimos a seguir:

Para onde foram nomeados os estudantes que terminaram seus estudos em 1985?

Nesse ano terminaram seus estudos em nossa Universidade 1775 estudantes de diversas especialidades. Segundo o plano foram encaminhados a diversos centros de trabalho e de produção, instituições etc. Como norma, os estudantes que terminam com brilhantes resultados são destinados às cátedras da universidade, aos institutos da Academia de Ciências e aos institutos de investigação científica dos ministérios. Assim foi também neste ano. Eles contribuem à formação da nova geração de quadros, substituem os que se aposentam ou são nomeados para postos de trabalho recém-criados de acordo com as necessidades do país. Em uma palavra, todos os estudantes que terminaram a universidade começaram a trabalhar em sua

especialidade.

Quais os critérios para o nomeação dos diplomados?

Todos os diplomados têm garantido o posto de trabalho. Neste sentido estão tranquilos desde que começam seus estudos na universidade. Isto é assim porque o direito ao estudo é concedido pelo Ministério de Educação e Cultura sobre a base de um plano elaborado segundo as necessidades dos setores da economia e da cultura. Sobre esta base também se nomeia os diplomados segundo sua especialidade. Quero acrescentar que nesta questão se tende a que o nomeamento dos diplomados se faça tendo em conta os desejos destes formandos. No entanto, conforme as necessidades do país, não são poucos os casos em que os diplomados são nomeados para zonas afastadas do país, cujas necessida-

des não são cobertas com seus próprios quadros. Para eles, onde quer que sejam nomeados, lhes são criadas todas as condições de trabalho e de vida a fim de que cumpram bem suas tarefas.

Quais as especialidades da universidade?

Nossa universidade é a maior instituição docente e científica da Albânia. Durante o ano acadêmico 1985-1986 assistem aos cursos regulares mais de 10 mil estudantes, mais de 2 mil ao sistema de estudo e trabalho e cerca de 1 mil ao sistema de escolas de especialização pós-universitária ou de qualificação científica pós-universitária de dois anos.

Em nossa universidade funcionam 89 cátedras e setores científicos, onde trabalham cerca de 900 quadros docentes e científicos fixos e o mesmo número de externos.

A Universidade preparará especialistas em 49 ramos diversos e em 58 cursos pós-universitários de especialidades particulares que necessita o país. Toda esta atividade está distribuída em oito faculdades. Durante seus 28 anos de

vida, esta instituição preparou cerca de 35 mil especialistas em diversos terrenos. Na atualidade não há centro de trabalho e produção, instituição etc., na

Albânia onde não trabalhem especialistas saídos da Universidade. Cerca de 90% do professorado desta instituição também saíram de suas aulas.

Os 1775 albaneses diplomados em 1985 na Universidade já estão trabalhando, segundo o reitor Osman Kraja



# Cúpula do PMDB procura novos rumos após reforma ministerial

Continuam os protestos, aparentemente radicais, de setores do PMDB que passam a se intitular como "progressistas" - propondo inclusive uma frente com outros partidos ou grupos classificados por eles na mesma categoria - em relação ao novo ministério formado por José Sarney.

No final de fevereiro alguns representantes desta ala supostamente avançada declararam que o PMDB vai apoiar o governo sem alinhamento automático, sem abrir mão de seus compromissos com mudanças sociais e econômicas. Em função disto, Pimenta da Veiga não compareceu à reunião do ministério; Fernando Henrique renunciou à "liderança" no Congresso e rejeitou um convite para acompanhar Sarney numa viagem a São Paulo; Ulysses Guimarães recusou-se a representar o governo na posse de Mário Soares em Portugal.

Mas quais são os tais "compromissos" que o PMDB defende e que Sarney contraria? A Aliança Democrática comprometeu-se com a reforma da legislação eleitoral, garantindo liberdade partidária e permitindo coligações; revisão da política salarial com o fim do arrocho... Mas o PMDB, através inclusive destas lideranças "independentes", foi um obstáculo permanente à aprovação da Lei dos Partidos (até hoje não votada, e substituída por uma "mini-lei" que mantém os chamados "pequenos partidos" sob ameaça), e resistiu a dispositivos que facilitassem de fato as coligações, como a ampliação do número de candidatos permitido à coligação.

Em relação à política salarial, nenhum desses "progressistas"



apoiou publicamente a trimes-tralidade, e furtaram-se a serem solidários com as greves dos bancários (nacional) e dos metalúrgicos (de São Paulo). Outro referencial de "compromisso" é o discurso de Ulysses Guimarães em 8 de agosto de 1984. Lá se dizia que o PMDB era a favor da "elevação do salário em função do aumento da produtividade média da economia nacional". Mas agora isso ficou de lado. Ulysses anunciava

a posição de aumentar a eficiência e a competitividade do setor estatal da economia. Mas ministros do PMDB, como Roberto Gusmão, fizeram tudo para acelerar a chamada "privatização", que no fundo é a entrega das empresas ao capital estrangeiro. O presidente do PMDB ainda dizia que em nome dos interesses do país "deve ser decretada a moratória" e explicava que ela seria unilateral. Dizia que "devemos suspender o serviço

da dívida e amortização do principal pelo prazo de três anos". E recusava-se a aceitar "contrair dívidas com taxas de juros flutuantes..." Estas palavras, hoje, viraram coisas de "aventureiros".

E em relação à reforma agrária? Como o PMDB pode abordar o assunto se, não se sabe bem como, a secretaria geral desta agremiação é ocupada pelo defensor dos latifundiários, Roberto Cardoso Alves?

E com quem pretendem os novos radicais compor uma "frente progressista"? Com Leonel Brizola, que é contra o esclarecimento dos casos Riocentro e Baumgarten, que defende a presença das multinacionais em nosso país, que se declara contra a reforma agrária, que se alia com o PDS para fazer "oposição". Os namoros com o PDT e o PT têm, na verdade, sabor de "chantagem" para obter concessões do governo.

## CONCEPÇÃO ELEITOREIRA

Devido ao desgaste do governo - que não soluciona os problemas fundamentais do país -, certos políticos tentam se mostrar descomprometidos com a política oficial, apresentando-se como críticos. Visam ganhar uma "imagem" mais favorável diante dos eleitores, quando o pleito se aproxima.

Ligada a isto está a briga desenfreada por tal ou qual cargo. O domínio da máquina para proveito próprio ou de grupo. E a choradeira pela perda de alguns comandos importantes. O alvo destas queixas diz respeito principalmente às novas funções da Casa Civil da Presidência.

Tais posições não são do PMDB em conjunto. Os pronunciamentos destes autointitulados "progressistas" têm gerado descontentamento e desconfiança. O próprio ex-governador Miguel Arraes, o deputado Alencar Furtado e outros já deram sinais de que não estão nesse barco.

Mesmo descontentes com o novo ministério, os setores de fato progressistas não visam promover-se aproveitando as vacilações do governo. Buscam, pelo contrário, pressioná-lo para que realize as mudanças prometidas em praça pública. É hora de unir forças neste sentido. Alertar os equivocados e buscar o máximo de unidade para enfrentar as forças da direita.

# Patronato cria a sua central

Os líderes da mais alta cúpula do sindicalismo patronal anunciaram segunda-feira, 24, a criação de uma União Brasileira dos Empresários, a UBE. Com sua primeira reunião marcada para a próxima semana, a entidade máxima das classes exploradoras já tem também duas bandeiras: a "desestatização"... e a articulação da ação patronal na Constituinte.

Os trabalhadores têm todos os motivos para acompanhar com vigilância a atuação da UBE. A nota de lançamento da entidade, divulgada após uma reunião em Contagem, Minas Gerais, traz a assinatura dos presidentes das principais associações empresariais em nível nacional: Albano Franco (Confederação Nacional da Indústria), Roberto Konder Bornhausen (Instituições Financeiras), Antônio de Oliveira Santos (Comércio), Hermínio Mendes Cavaleiro (Transportes Terrestres), Flávio de Brito (Agricultura, famoso por sua aversão à reforma agrária) e Amaury Temporal (da Confederação Brasileira das Associações Comerciais). A poderosa Fiesp, órgão do capital industrial paulista, dá apoio à iniciativa.



Albano Franco (acima) e Flávio Brito: industriais e latifundiários unidos na UBE

## "PATRÕES, UNÍ-VOS!"

É sintomático que a UBE surja precisamente agora - após o desmoronamento da ditadura militar, numa época de forte movimento grevista dos trabalhadores (6,1 milhões fizeram greve em 1985, informa o Ministério do Trabalho) e, muito especialmente, às vésperas da Constituinte. O patronato demonstra com ela que sente-se ameaçado pelo despertar dos explorados. E coloca-se celeremente em movimento, sob o estandarte da UBE, que poderia ter como lema "Patrões de todo o país, uní-vos!"

## DE OLHO EM NOVEMBRO

Os dirigentes patronais evitam apresentar a UBE como articuladora, sustentadora e financiadora de candidatos à Assembleia Constituinte, o que, de resto, seria supérfluo. É patente que estão todos de olho nas urnas de novembro. Já são notórias as "caixinhas" multibilionárias, os leilões de gado, toda uma azáfama destinada a corromper o processo eleitoral, elegendo - por sólidas legendas - uma dívida bancada de direita pronta a defender a "livre empresa". Caberia à UBE, então, a missão de porta-voz e centralizador dos patrões na batalha, de classe, que se travará na Constituinte.

parte) desnacionalização das empresas estatais (ver pág.4).

O grande interesse da UBE, porém, parece residir na Constituinte. Segundo Brito, porta-voz dos latifundiários, ela manifestará "de forma clara o nosso interesse na Constituinte com relação à livre empresa".

## OS DIRIGENTES PATRONAIS

evitam apresentar a UBE como articuladora, sustentadora e financiadora de candidatos à Assembleia Constituinte, o que, de resto, seria supérfluo. É patente que estão todos de olho nas urnas de novembro. Já são notórias as "caixinhas" multibilionárias, os leilões de gado, toda uma azáfama destinada a corromper o processo eleitoral, elegendo - por sólidas legendas - uma dívida bancada de direita pronta a defender a "livre empresa". Caberia à UBE, então, a missão de porta-voz e centralizador dos patrões na batalha, de classe, que se travará na Constituinte.

## Constituinte com participação popular

Com o fim da ditadura militar e a conquista das liberdades democráticas, restam alguns objetivos políticos importantes a serem alcançados, como a luta por uma representação popular na Assembleia Constituinte. É uma tarefa fundamental. Faz-se necessário que todos os elementos progressistas da sociedade se articulem, organizados em partidos políticos ou em entidades populares, para lutar contra a influência do poder econômico na Constituinte. Não se pode admitir que se componha uma Constituinte à imagem e semelhança dos grandes grupos econômicos, uma assembleia de representantes dos latifundiários, dos banqueiros, das multinacionais, dos bicheiros.



OPINIÃO PARLAMENTAR Aldo Arantes deputado federal (PMDB-GO)

monetária?

Outra medida importante está relacionada com a liberdade e autonomia sindical, desatrelando a estrutura das entidades em relação ao aparelho estatal. Mas garantindo a unicidade sindical, preservando o órgão dos trabalhadores da atomização que só beneficia as classes dominantes, os patrões.

As forças progressistas devem estar unidas em torno da realização da reforma agrária. É de conhecimento público as ações adotadas pelos latifundiários para impedir a reforma agrária. Impõe-se a realização de uma frente nacio-

nal em favor dessa medida de caráter anti-latifundiário. Uma reforma agrária que possibilite ao trabalhador sem terra um pedaço de chão para trabalhar. É claro que a reforma agrária não deve se voltar contra o pequeno e o médio produtor, mas sim contra o latifúndio.

São prementes, também, medidas de defesa da soberania nacional. É inaceitável, por exemplo, que o país continue pagando a dívida externa como vem fazendo. Que o grosso da economia brasileira esteja sendo controlado fora do país. É preciso nacionalizar os setores fundamentais da nossa economia, estatizar outros setores; enfim, colocar a economia brasileira nas mãos dos brasileiros. Tomar medidas de suspensão do pagamento da dívida externa.

Há também um conjunto de ações de caráter político. Como a limitação dos poderes do Executivo; o fortalecimento dos poderes do Legislativo, com o restabelecimento de suas prerrogativas; a ampliação das prerrogativas do Judiciário. A adoção de medidas que impliquem em obstáculos para que novos golpes militares sejam dados no país, como, por exemplo, a criação de um Ministério da Defesa com um ministro civil.

No curso da luta pela Constituinte deve-se estabelecer um amplo debate político em que se eleve o nível de consciência das massas em torno de um programa claramente definido. Um programa que aborde, por exemplo, a questão da política salarial. É necessário se estabelecer a trimes-tralidade de imediato. Mas eu defendo uma posição mais avançada, que é a adoção do reajuste salarial automático, a cada aumento de 10% da inflação. Não é isso o que acontece com a correção

## Medidas do CMN: na linha recessiva do FMI

A política econômica do governo ameaça retornar ao perigoso caminho que leva à recessão. As últimas decisões do Conselho Monetário Nacional (que limitaram em quatro meses o crédito ao consumidor, restringiram em 5% das aplicações globais os empréstimos bancários a pessoas físicas e incluíram outras medidas para reduzir o nível de consumo), provocarão uma acentuada queda nas vendas. O reflexo sobre a produção e o aumento do desemprego não tardarão.

Em todo o país, as empresas comerciais cancelaram 40% das encomendas que tinham feito às indústrias de móveis, conforme informações do presidente da Associação dos Fabricantes de Móveis do Brasil, Lourenço Darcy Castellan. Em sua opinião, a indústria moveleira poderá voltar "à recessão, com insolvência de empresas e desemprego em grande escala".

As estimativas são de que a comercialização de eletrodomésticos e móveis já declinou, internamente, em cerca de 30%. Foram atingidos principalmente os produtos de consumo mais popular (como os modelos mais simples de fogões, geladeiras e máquinas de costura).

Calcula-se que aproximadamente 50% das vendas no Brasil são realizadas a crédito, metade com prazo de pagamento superior a quatro meses. No caso da indústria automobilística (que ainda não sentiu os efeitos das medidas devido ao pique da demanda, rotineiro nas vésperas de reajustes de preços), em torno de 70% da comercialização são baseadas em financiamentos amortizados em períodos médios de sete a oito meses.

Em si, alterações no sistema de venda a crédito (que popularizou-se em todo o mundo após a 2ª Guerra) não são condenáveis, visto que é

grande a agiotagem (os juros chegam a 700, 800% ao ano) e o sistema facilita distorções no perfil de consumo (com o aumento da procura de produtos supérfluos e de luxo).

Mas não é isto que está em jogo. O governo alega que há excesso de demanda e consumo no mercado interno. Ai já se trata de inverter os fatos e, sob o pretexto de combater a inflação, carpinhar ainda mais decididamente no rumo das medidas recessivas recomendadas pelo FMI. Dados de instituições oficiais demonstram com precisão matemática que o consumo interno em 1985 foi inferior ao já baixo nível de 1980 (a indústria automobilística, para citar um exemplo, produziu 967.100 unidades e vendeu 763.571 internamente em 1985, enquanto em 1979 a comercialização no mercado interno atingiu 1.000.015 unidades).

São fatos que mostram a fra-

güidade da propalada "recuperação econômica" em curso. O modelo tem pés de barro, pois ainda adequa-se ao "ajuste interno" imposto pelo FMI, graças ao qual o PIB per capita caiu de 2.261 dólares em 81 para 1.619 dólares em 1985, quando a transferência de recursos ao exterior alcançou Cr\$ 79 trilhões, 37,6% da poupança interna, o que não tem precedente na história brasileira. Neste quadro, falar em "aquecimento excessivo da demanda interna" é zombar da paciência popular. É por demais evidente que o ponto de estrangulamento da economia, a causa principal da inflação e outros males, é a intolerável e impatriótica sangria de riquezas nacionais pelos países imperialistas. Urge, antes de tudo, um basta a isto, iniciando-se a suspensão do pagamento da dívida externa.



Protesto contra a censura na capital paulista

## Agora, PF reprime em nome da virgem

A proibição do filme "Je Vous Salue Marie", do diretor Jean-Luc Godard, provocou justos protestos em todo o país e também reviveu, embora com cores grotescas, as ações truculentas da repressão, mais precisamente da Polícia Federal, sob a direção do senhor Romeu Tuma.

Em vários Estados ocorreram manifestações populares contra a proibição do filme. No Rio, intelectuais e artistas organizaram a exibição de uma cópia de "Je Vous Salue Marie" na 14ª Casa de Arte das Laranjeiras, em 19 de março, frustrando a tentativa de di-

seguinte, 40 agentes da PF invadiram a entidade e prenderam um de seus diretores, Roberto Amaral. Romeu Tuma, satisfeito em poder desenvolver alegremente suas reconhecidas habilidades como repressor e inimigo das liberdades democráticas, chegou a mandar apreender todas as cópias do filme de Godard. O juiz Antônio Augusto Catão Alves, da 8ª Vara Federal de Belo Horizonte, por outro lado, concedeu liminar na semana passada a uma ação movida por quatro entidades liberando temporariamente "Je Vous Salue Marie" de todo território nacional.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Bloco Popular de Brasília desafia o poder econômico

O Bloco Popular tomou a dianteira na campanha para a Constituinte em Brasília, lançando como candidato a deputado federal o jornalista Fernando Tolentino, secretário-geral do PMDB do Distrito Federal. O ato de lançamento, domingo, 23, foi na cidade-satélite de Ceilândia, com mais de meio milhão de habitantes, a 30 quilômetros de Plano Piloto.

A escolha de Ceilândia, deve-se ao surgimento de candidaturas do poder econômico, que buscam iludir a população com falsos discursos e doações de leite, chapéus e churrascos. "O Bloco Popular" não vai admitir esse achincalhe e inicia imediatamente a discussão sobre o que o povo realmente espera da Constituinte", disse Tolentino.

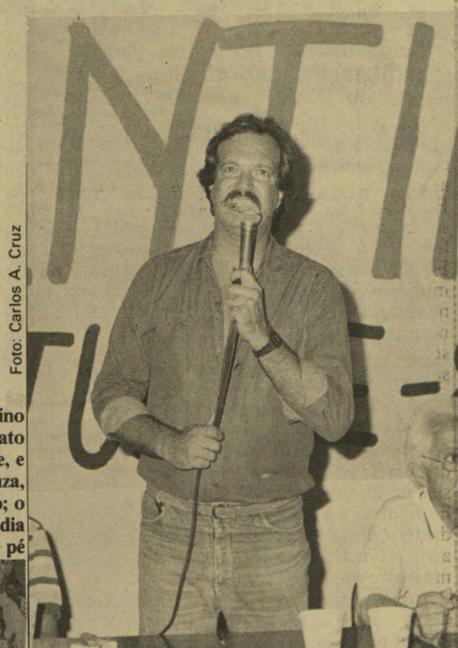
O ato, animado pelo conjunto "Terra Molhada", da própria Ceilândia, teve a participação de centenas de integrantes do Bloco Popular e moradores. Compuseram a mesa os presidentes do PC do B, Paulo Cassis, e do PMDB, Milton Seligmann, dois ex-presidentes do PMDB que pretendem concorrer ao Senado - Pompeu de Souza e Maerte Ferreira Lima, lideranças sindicais, comunitárias, estudantis, religiosas e autoridades do DF. Num clima de confiança, todos lembraram o passado de lutas de Ferdinando Tolentino contra o regime militar. Milton Seligmann, presidente do PMDB, afirmou: "Fernando Tolentino não é do PMDB; ele é o próprio PMDB da resistência democrática, que não pode tardar em voltar às ruas".

A população da Ceilândia - onde há expressiva predominância das camadas proletárias - manifestou no ato seu entusiasmo com as bandeiras mais avançadas do Bloco Popular. Apoiou o candidato na denúncia do poder econômico e na defesa de mudanças estruturais na sociedade. As propostas mais aplaudidas foram as da reforma agrária antilatifundiária, do direito do povo trabalhador dispor do solo urbano, da suspensão da dívida externa e resgate da soberania nacional e a questão do direito ao emprego. A cada proposta o povo respondia com palavras-de-ordem.

## UMA CIDADE CASSADA

Brasília terá este ano a primeira eleição de sua história. Em sua primeira entrevista após eleito, Tancredo Neves lembrava: "Conheci vários cidadãos cassados, mas cidade cassada, só uma: Brasília". E firmou o compromisso de res-

Fernando Tolentino (de pé), candidato à Constituinte, e Pompeu de Souza, na mesa do ato; o povo de Ceilândia aplaudiu de pé



gastar o direito de voto dos brasilienses, formalmente retirado da Constituição após o golpe militar.

Em maio do ano passado, o Congresso aprovou a emenda 25, de iniciativa do Executivo, reconhecendo ao Direito Federal o direito de eleger oito deputados e três senadores. No final do ano, era aprovado o projeto de lei permitindo a organização de partidos políticos na capital - direito que também tinha sido cassado sob a ditadura, mas que o povo do Distrito Federal exercita na prática, tendo se organizado em diversos partidos ainda durante o regime militar.

O anúncio da eleição foi suficiente para surgirem personagens desconhecidos na política local, animados com a perspectiva de se egerem às custas de uma suposta ingenuidade política do eleitor de Brasília. Empresários que antes não se arriscavam a desagradar os militares perceberam que haviam perdido tempo e que as lideranças progressistas ha-

viam avançado bastante. Essa gente resolveu então criar um poderoso lobby para eleger seus representantes - a União das Forças Políticas. Os lobistas anunciam que já dispõem, para isso, de nada menos que Cr\$ 66 bilhões, que deverão se multiplicar até novembro. As paredes da capital estão literalmente forradas com os nomes de desconhecidos, alguns deles ligados até recentemente ao aparelho repressivo. Políticos de outros Estados também correm para Brasília, em busca de votos "fáceis" que já não têm como arranjar dos eleitores que os conhecem. Negociam espaços em jornais, ou até jornais inteiros, usam até o futebol e o samba.

Frente a esse "frenesi eleitoral", a candidatura Tolentino abre espaço para o debate, que deve preceder a Constituinte para que o povo não seja logrado. Só nos preparativos do ato de domingo, ocorreram mais de duas dezenas de reuniões populares na Ceilândia. (da sucursal)

# Trabalhadores vão à luta contra a entrega das estatais

A pressão imperialista para a desestatização da economia, cada dia maior, não ficará sem resposta. Os trabalhadores já se mobilizaram para lutar contra a privatização. Dia 21, cerca de 300 operários da Mafersa concentraram-se diante da fábrica, na Lapa, Zona Oeste de São Paulo, para repudiar o plano de vendê-la à iniciativa privada.

A manifestação, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ocorreu sob chuva e demonstrou que os trabalhadores não concordam, em absoluto, com as intenções privatizantes do governo federal. "Trata-se de uma capitulação às pressões do FMI e dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros", ressaltou Valmir Santana de Almeida, vice-presidente da Comissão de Fábrica da Mafersa.

## MENTIRAS

Ele observa que os argumentos até agora utilizados pelos defensores da desestatização encobrem interesses espúrios e, em geral, são mentirosos. "Não é verdade que, para ser eficiente e dar lucro, a empresa tenha que estar nas mãos da iniciativa privada. No caso da Mafersa, foi comprovado exatamente o contrário disso", disse.

"Não custa lembrar que a estatização surgiu como fruto da mobilização dos trabalhadores contra o empresário Lauro Parente, em 1964. Parente atrasou os salários e tinha depositado dólares em



Valmir: "governo está cedendo às pressões dos grandes monopólios"

países estrangeiros, estava roubando, sacrificando os trabalhadores, e levou a Mafersa à falência. O BNDES só assumiu o controle depois da mobilização e luta dos operários" - conta Valmir.

De fato, atualmente a empresa é lucrativa (em 1985, seu lucro líquido foi de Cr\$ 117 bilhões - veja TON? 250). No momento, somadas as três unidades produtivas (as outras duas situam-se em São José dos Campos, SP, e Contagem, MG), emprega cerca de 3.200 pessoas.

Mesmo as conquistas dos trabalhadores serão colocadas em perigo com a privatização. "De nossa luta resultou o atendimento de várias reivindicações, inclusive uma remuneração extra ao cabo de cada ano, a título de participação nos lucros. É evidente que o capitalista privado vai querer retirar isto", salientou.

Pedro Rosa, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de

São José dos Campos, por seu turno, frisa que é necessário organizar uma luta mais geral contra a privatização, "unindo CUT e Conclat em defesa das estatais". Arnaldo Alves, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, afirma que "esta nossa luta está vinculada à defesa da soberania nacional e deve ser lembrada conjuntamente com a campanha pela suspensão do pagamento da dívida externa em todo o país".

O governo, porém, parece alheio aos interesses dos operários. Já listou 18 empresas com prazo definido para a privatização e dispõe-se a ceder aos interesses do grande capital. O Banco Mundial está vinculando a concessão de 2,5 bilhões de dólares ao Brasil, nos próximos três anos, ao "bom andamento do processo de privatização". É o próprio secretário de Estado norte-americano, George Shultz, fez recentemente exigências neste sentido.



Manifestação de lançamento do PC do B em Itapetinga, 50 mil habitantes e tida como conservadora...

# PC do B lança raízes no interior da Bahia

Mais de 6 mil pessoas, entre trabalhadores, donas-de-casa e jovens, participaram no sábado, dia 22, do comício de lançamento da Comissão Provisória Municipal do PC do B no município de Itapetinga, Bahia. A manifestação teve grande peso político na cidade, tida como uma das mais conservadoras do Estado, devido ao domínio dos grandes fazendeiros.

Situada 562 quilômetros ao sul de Salvador, numa região de predomínio da pecuária, a cidade tem cerca de 50 mil habitantes. Todos os oradores consideram o ato como um exemplo e um marco no município. Estavam presentes o deputado federal Haroldo Lima, Péricles de Souza, do Diretório Nacional do partido, Luiz Nova, deputado estadual do PC do B, criado no município, onde foi o mais votado em 1982, e numerosos políticos. O vereador local Gilson Nunes anunciou na ocasião que deixava a legenda do PMDB para assumir a do PC do B.

## "CARTÃO DE VISITA"

O presidente do PC do B baiano, Olival Freire, abriu o ato e chamou um a um, sob aplausos, os integrantes da Comissão Municipal Provisória: o deputado Luiz Nova; o professor Elias Nunes Dourado (presidente); a bancária Lídia Ferreira Nunes; o vereador Gilson Nunes; o presidente da Sociedade de Artífices e Operários de Itapetinga, José Ferreira; o membro da Coordenação do Movimento de Bairros Eronilides Menezes; a bancária Joaniza de Souza; o líder estudantil Jorge Rodrigues; o membro da Comissão de Justiça e Paz Antonio Rocha; o bancário

Robério Fernandes, recentemente demitido por perseguição política; o jornalista Alberto Galvão; e o operário gráfico Vir Pereira.

Enquanto a jovem direção, de mãos dadas, recebia aplausos, Olival Freire lembrava que os reacionários da cidade espalham preconceitos contra os comunistas, mas o partido apresenta o "cartão de visitas" dos membros da Comissão, todos valorosos lutadores ao lado do povo.

## UMA HISTÓRIA ANTIGA

O vereador Gilson Nunes destacou que o PC do B se mistura com a própria história da cidade e da região. Desde os anos 60, o partido se fez presente nos movimentos estudantil, comunitário, operário, cultural e político. E concluiu: "É o momento de vocês ouvirem a voz do PC do B. Assumo este partido, para ajudar na luta contra a ignorância, rumo ao progresso do Brasil".

O deputado Luiz Nova destacou que a marca conservadora no município, o atraso impregnado por parte de uma elite, nada disso está respaldado na luta do povo. "Este ato - disse Nova - demonstra. As elites tentam vender que a cidade é retrógrada e reacionária. Mas o povo vai construindo passo a passo a sua liberdade. Os itapetinguien-

ses que se encontram neste ato avançam na luta pelo progresso".

O vice-prefeito da cidade, Zildo Carvalho, transmitiu seu incentivo "aos corajosos membros da Comissão Provisória" e "a todos os comunistas de Itapetinga". Zildo ressaltou que, depois da derrubada da ditadura, "as reformas sociais estão somente nas boas intenções, mas a luta continua para vencermos estes desafios".

Outro orador de destaque foi o operário Vir Pereira, 60 anos, 20 dos quais sofrendo perseguições de toda ordem, inclusive uma prisão após o golpe. Ele frisou que um dos piores inimigos do povo é a corrupção, principalmente na época das eleições.

Encerrando os discursos, o deputado Haroldo Lima afirmou que "o PC do B é caluniado porque é o partido dos pobres, defende os explorados e oprimidos da sociedade". Destacou que a mudança na Bahia "não chegou" e defendeu uma chapa com perfil oposicionista para concorrer ao governo do Estado, sob direção do ex-ministro Waldir Pires.

## CAMAÇARI OPERÁRIA

No município de Camaçari, mais de 300 pessoas, entre deputados, vereadores, dirigentes do PMDB, PTB, PT e quase toda a administração municipal, compareceram ao lançamento da Comissão Provisória do PC do B. Presidida pelo operário Hilário de Jesus Leal, a Comissão se destaca pela composição proletária, incluindo ainda um operário petroquímico, um têxtil, um químico, dois da construção civil, um pescador.

O prefeito de Camaçari, Luiz Caetano, salientou o papel do PC do B na sua eleição, vencendo "a ditadura de 11 anos do biónico Ellery". Caetano enumerou as dificuldades que enfrenta neste início de governo: máquina administrativa viciada, centenas de funcionários-fantasma, uma dívida de Cr\$ 130 bilhões só na administração centralizada. Mas garantiu que não abrirá mão de uma administração austera, transparente e centrada nas necessidades da comunidade - conclamando à participação popular na "reconstrução de Camaçari". (da sucursal).



O prefeito Luís Caetano (falando), Hilário (no centro) e Luís Nova

# PMDB cearense ainda não tem programa e candidato definidos

O quadro sucessório no Ceará continua pouco definido. As correntes oligárquicas, conservadoras e direitistas trabalham arduamente por uma composição que lhes garanta o governo do Estado. Por outro lado, as forças democráticas e progressistas têm encontrado dificuldades.

O PMDB, hoje mais expressivo com o ingresso do governador Gonzaga Mota, não tem usado seu potencial para erguer a bandeira das mudanças almeçadas pelo povo, aglutinar um bloco de forças e conduzir o processo. Os peemedebistas ainda sofrem os efeitos da derrota na eleição municipal, agem de forma confusa e ameaçam dividir-se.

O PFL cearense, altamente conservador e oligárquico, comandado pelo coronel

Adauto Bezerra, demonstra mais ousadia. Trabalha alianças com o PDS dos coronéis Virgílio Távora e César Cals. Busca a candidatura do próprio coronel Adauto. E ainda tenta envolver o PMDB como caudatário dessa união espúria, acentuadamente direitista.

Em meio à confusão, surgem os defensores de uma "frente de esquerda", que teria como bandeira a oposição à Nova República. Na verdade, uma total "frente" apenas ajudaria a dispersar as forças democráticas e progressistas, preparando a vitória dos coronéis e da direita. Representaria uma contribuição negativa do Ceará à democratização do país.

O PMDB é, no Ceará, o partido em condições de ser o centro de aglutinação das forças democráticas, para fazer frente

à reação e neutralizar a ala mais conservadora da Aliança Democrática. Para isso, porém, precisa assumir uma postura clara e firme em defesa dos interesses do povo e da soberania nacional. E também apressar a definição de um candidato ao governo que unifique os grupos existentes e tenha reais condições eleitorais. Até o momento esta definição, não foi feita, embora na prévia realizada na Convenção Regional peemedebista em janeiro tenha saído vencedor o ex-senador Mauro Benevides.

Faltam ainda, portanto, candidato e plataforma definidos para credenciar o PMDB como depositário dos anseios de mudança do povo cearense. (Benedito Bizerril, suplente de deputado estadual - PMDB - CE)

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Filipinas: um bom exemplo

Os trabalhadores brasileiros acompanham com vivo interesse os acontecimentos que assinalam o fim da sangüinária ditadura de Ferdinand Marcos nas Filipinas. Lembra-se certamente dos emocionantes comícios que levaram à derrota do regime do Médico, Figueiredo, Geisel, etc. Mas ao mesmo tempo muitos se perguntam pelo papel que o movimento guerrilheiro, atuante há muito tempo no interior do país, pode jogar para dar uma solução popular à crise política e social que sacode o país.

## LIGAÇÃO COM O POVO

Mesmo dando-se um desconto pelo boicote da imprensa burguesa fica evidente que, apesar de coragem do povo que faz barreiras humanas visando deter os tanques leais ao ditador Marcos, não existe uma relação entre a guerrilha e as massas que permita uma alternativa popular para os conflitos.

Não que os combatentes sejam desvinculados do povo. Para sobreviver tantos anos de armas na mão enfrentando um governo tão selvagem e muito bem equipado, é fundamental o apoio popular.

Mas mesmo longe, sem ver as coisas com mais detalhe, a impressão que fica é que esta ligação é local, baseada em questões mais específicas, sem apresentar-se como uma perspectiva concreta de poder. E isto ocorre porque o movimento armado não conseguiu situar-se plenamente no curso político, não soube fazer corretamente o que Lênin tantas vezes insistiu: abordar a revolução.

## ATUAR NA VIDA REAL

A insatisfação popular, e a ameaça concreta de um processo incontrolável de rebelião, obrigaram Ferdinand Marcos a convocar eleições. Formou-se uma amplíssima frente oposicionista em torno de Corazón Aquino, que o povo tomou logo como uma ferramenta para derrotar o regime títere. Mas pelo que as notícias deixam perceber, a pretexto de que as classes dominantes manipulam as eleições, e que "Cory" (como é chamada a líder oposicionista) é sabidamente uma política moderada e com compromissos evidentes com os americanos, as forças guerrilheiras resolveram se abster do processo eleitoral.

Agora, com a situação criada pela fraude descarada, e pela resposta resoluta das massas exigindo a posse da chapa verdadeiramente eleita, há uma cisão no próprio exército - manipulado claramente pelos Estados Unidos - para forçar a retirada de Marcos da Presidência, mediante certos acordos. O povo assiste nas ruas às batalhas entre as facções militares. E toma partido a favor dos "rebeldes". Mas não encontra uma forma própria de agir e resolver as coisas a seu modo: a guerrilha está à margem e, portanto, impotente. Quem se aproveita e "mexe os pauzinhos" a seu favor é o imperialismo ianque.

## DUAS ALTERNATIVAS

A posição de princípios, de estar sempre ao lado do povo não se confunde com uma atividade linear, sem levar em conta a correlação de forças em cada momento e desprezando instrumentos e formas de luta dentro das próprias instituições dominantes. Se a derrubada de Marcos tivesse à frente uma força armada do povo, que desde os primeiros instantes tivesse apoiado todos os esforços oposicionistas para acabar com a ditadura, a possibilidade de manobra dos ianques seria muito pequena. E o novo governo, mesmo que não representasse ainda um novo regime de caráter popular e revolucionário, teria uma feição muitíssimo diferente do que será construído com Cory na Presidência e com o general "fulano" como garantidor da ordem.

(Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## Que anarquia?

"O governo tem que cumprir a lei senão esse país vira uma anarquia" - declarou o ministro da Justiça Paulo Brossard, comentando a proibição do filme "Je vous salue Marie". É um mau começo para o novo ministro. Este argumento dos brasileiros está farto de ouvir pois foram repetidos durante 21 anos pelos generais.

O país virou de fato uma anarquia - ou ficou muito próximo disto - exatamente pela aplicação de leis elaboradas com concepções antinacionais e antipovo. A lei de Segurança Nacional foi durante duas décadas o instrumento da ditadura para silenciá-lo que se opunham ao FMI, ao arrocho salarial, às torturas. E as leis de imprensa e de censura foram responsáveis por um verdadeiro massacre à cultura e à livre manifestação do pensamento no país.

Por tudo isto, o que compete aos patriotas e democratas não é acatar o veto arbitrário ao filme mas sim lutar para a sua liberação imediata, assim como para pôr fim a estas ações arbitrárias. Ao governo da Nova República compete respeitar a vontade do povo e jamais mandar a Polícia Federal reprimir as manifestações contra a censura. Quanto ao ministro, devia olhar para o conteúdo das leis e não dizer tolices.

## Uma lei para defender qual Estado democrático?

Tornou-se incerto o destino do projeto de Lei de Defesa do Estado Democrático, deixado pela equipe do ministro Fernando Lyra. O atual titular da justiça, Paulo Brossard, tem dúvidas sobre sua conveniência. O novo chefe da Casa Civil, Marco Maciel, informa que o projeto nem sequer chegou ao Palácio do Planalto. De qualquer forma, como o assunto tem importância, os trabalhadores conscientes têm bons motivos para refletir sobre ele. De um lado, ressalta-se a característica política mais marcante do projeto: ele procura defender a democracia contra o autoritarismo. Acontece que a lei é também, como o próprio nome diz, de Defesa do Estado - não mais em sua forma ditatorial, porém com seu mesmo conteúdo de classe: um Estado capitalista.

Assim, além de salvaguardar as liberdades democráticas a LDED traz embutida uma série de medidas que podem se voltar contra o proletariado, a fim de defender a burguesia, e contra as massas do povo para proteger a reação.

Lenin, ao definir o Estado, afirmava ser ele um corpo especial de homens armados, detentores do monopólio das armas, cuja função é a manutenção da classe dominante no poder. Além deste pilar, o Estado se compõe também de um conjunto de normas e regras, as leis, que estabelecem o sistema econômico, político e social e, por mais democráticas que sejam, se destinam a perpetuar a ordem vigente.

A LDED se propõe a defender bens jurídicos tais como a nação e a humanidade, a forma de governo representativo e as liberdades políticas. Ao fazê-lo, porém, não o faz com neutralidade de classe. Assim, acaba abrindo brechas para que formas de luta tradicionais do movimento operário e popular sejam qualificadas como crime, como atentado a alguns destes bens jurídicos que a LDED se propõe a defender.

## Não é novidade rotularem greves de "facciosas"

Entre os "crimes contra a nação e a humanidade", encontramos um artigo cuja formulação vaga pode ser interpretada contra os trabalhadores. Trata-se do artigo 20º que dispõe sobre o terrorismo, em seu parágrafo 1º define como "forma assimilada de terrorismo" "atentar, com emprego da violência, ou grave ameaça, (...) contra a segurança dos meios de transportes e comunicações". A imprecisão quanto ao que seja "atentar contra a segurança" pode dar margem a que um piquete de greve nos transportes, por exemplo, seja incurso nesta lei. Se bem que possa parecer uma situação improvável nos marcos do atual governo, pressões reacionárias e militaristas podem levar, em outras circunstâncias, a este tipo de "interpretação" da lei.

Outro artigo perigoso, neste aspecto, é o 23º, que define a sabotagem como sendo "destruir, inutilizar, paralisar, (...) por motivos de facciosismo político, meios e vias de transporte, estações e transmissores de telecomunicações, instalações militares, portos, aeroportos..." Grifamos a palavra paralisar para mostrar que este artigo pode se voltar diretamente contra uma greve nestes setores, apesar (e até mesmo por causa) da indefinição quanto ao que seja "motivo de facciosismo político". Não seria novidade as autoridades qualificarem uma greve como "política" ou "facciosa", especialmente os círculos mais retrógrados.

A importância de levantar os problemas quanto a estes artigos da LDED está em manter acesa a vigilância contra as tentativas de restringir o direito de greve. Afinal, a antiga LSN já chegou a definir como crime contra a segurança nacional, até a sua versão de 1978 (a penúltima), a "paralisação ou diminuição do ritmo normal de serviço público ou atividade essencial". E os



Independência dos Estados Unidos. O reconhecimento do "direito" e do "dever" de "abolir" os governos despóticos

arautos da doutrina que inspirou esta lei, ainda que recuados, continuam a interferir nos assuntos do país.

## O povo tem o direito de abolir governos?

A LDED tem a virtude de abandonar e enterrar conceitos ao gosto dos militares golpistas, como os de "guerra revolucionária" e "guerra psicológica adversa". Com base nestas formulações, condenava-se a tudo e a todos, uma vez que até um comentário podia ser considerado "apologia" ou "incitação", por exemplo, à luta armada.

Na parte em que trata dos "crimes contra o exercício do poder legítimo", porém, a Lei de Defesa mais uma vez deixa de enterrar sua marca de classe. O artigo 28º caracteriza-se como crime "tentar, diretamente e por fato, com emprego de violência ou grave ameaça impedir ou dificultar o exercício de poder legitimamente constituído, ou alterar a Constituição da República ou de qualquer das unidades da Federação".

Tratar-se-ia de uma medida justa e eficaz para o combate aos golpes de Estado. O problema é que o artigo em questão define o crime de insurreição; e neste ponto são necessárias algumas considerações. Em primeiro lugar, a insurreição se diferencia do golpe de Estado por um "detalhe": quem a promove. Enquanto o golpe é de autoria de um grupo - via de regra pertencente às forças que detêm o poder armado - a insurreição é um fenômeno de massas, que expressa a insatisfação extrema da população com o estado de coisas vigente. Basta tomar exemplos recentes, como o do Irã, Nicarágua e o da rebelião atualmente em curso nas Filipinas.

Há também exemplos, clássicos de reconhecimento legal do direito dos povos à insurreição. O mais famoso é a Declaração de Independência dos EUA, que diz: "Mas quando uma longa série de abusos e usurpações perseguindo invariavelmente o mesmo objeto indica o designio de reduzi-los (os homens) ao despotismo absoluto, assiste-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos governos".

Também a Carta Universal dos Direitos do Homem, da ONU, reconhece "como

último recurso" a legitimidade da "rebelião contra a tirania e a opressão".

Ao se questionar este ponto, o importante é atentar para as restrições concretas que alguns dos dispositivos da Lei podem permitir contra o direito de manifestação popular e mesmo contra a participação efetiva do povo nas decisões. O artigo 33º, que dispõe sobre "coação contra autoridade legítima", qualifica como crime "constranger, mediante violência ou grave ameaça, por motivo de facciosismo político, e com o fim de impedir ou dificultar o cumprimento de deveres legais, autoridades a não fazer o que a lei permite ou fazer o que ela não manda". Se lembrarmos das últimas paralisações quando o ministro do Trabalho não aplicou a arcaica lei de greve, vemos aonde este artigo pode levar. Sob pressão, algumas leis antipopulares e antidemocráticas podem ser "congeladas", mas uma contrapressão reacionária pode qualificar esta vitória como "crime", uma vez que não é possível definir objetivamente o que seja "grave ameaça de violência" ou motivo de facciosismo político.

Estas medidas têm certa semelhança com salvaguardas do Estado, enfiadas pelos generais na Constituição. Foi sob a cínica desculpa de "garantir o livre funcionamento do poder Legislativo" que o general Figueiredo colocou Brasília sob medidas de emergência, quando da votação da emenda das diretas já, em 1984. A própria LSN continha artigos sobre este tema, se bem que ainda mais imprecisos e, portanto, mais prejudiciais às liberdades políticas. Na versão atualmente em vigor, de 1983, define-se como crime "tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos poderes da União ou dos Estados".

## O projeto faz concessões ao militarismo

A LDED faz ainda, apesar de seu aspecto geral contrário, concessões ao militarismo em alguns de seus artigos. O que vem sendo mais intensamente discutido é o que regulamenta a escuta telefônica e a violação de

correspondência, expressamente proibidas pela Constituição e, apesar disto, praticadas ainda por setores da "comunidade de informações".

Além do aspecto anti-constitucional, o artigo que prevê o grampeamento é a primeira iniciativa no sentido de legalizá-lo, o que seria perigoso. É certo que são previstas algumas condições - deve haver "fundadas suspeitas da existência de delito e indícios de autoria" - mas a natureza imprecisa de categorias como suspeita e indício abre margem para que os homens do SNI voltem a grampear sem peias, amparados agora por dispositivo legal.

Uma das defesas deste artigo se refere a países reconhecidamente democráticos, como Itália e Alemanha, onde tais medidas são previstas em lei. Não entram em questão aqui as limitações das democracias italiana e alemã, mas é evidente, e a experiência tem demonstrado, que estas leis "antiterror" têm objetivamente servido à restrição das liberdades democráticas nestes países. São exatamente os círculos fascizantes ligados ao aparato repressivo os beneficiários deste tipo de concessão, uma vez que circunstâncias criadas com a atuação de grupos terroristas permitem que ajam com as mãos livres contra os setores mais avançados do movimento operário e popular.

Uma outra concessão feita ao militarismo pela LDED é o julgamento pela Justiça Militar dos chamados "crimes contra a soberania e a integridade territorial". Em primeiro lugar, a história dos últimos 21 anos mostra que foram justamente os militares no poder os autores de alguns dos maiores atentados contra a soberania. Foi o general Geisel quem permitiu os contratos de risco para a exploração de petróleo, quebrando o monopólio estatal. Foi o governo do general Figueiredo que assinou os acordos com o FMI, onde o Brasil chegava a renunciar à alegação de razões de soberania para tratamento de pendências sobre a dívida externa.

Agora este lado, o fato é que estão justamente aí alguns dos crimes mais característicos do militarismo. Entre outros, este capítulo penaliza a guerra de

conquista e a incitação; a condução do país a perigo de guerra, pelo não encaminhamento de soluções pacíficas para pendências internacionais de que o Brasil participe; e o movimento separatista.

Além de que seria estranho imaginar militares julgando a seus colegas por este tipo de crime, persiste o inaceitável julgamento de civis por tribunais militares em tempos de paz. Mais do que este dispositivo se encontra uma concessão no terreno das concepções. Ao delegar a tribunais militares a atribuição de julgar os crimes contra a soberania, a LDED só faz reforçar a idéia de que são os militares seus principais guardiães, como reza a doutrina de segurança nacional. Esta tese foi absolutamente desmoralizada pela prática entreguista levada à prática pelos generais à frente do governo brasileiro.

## O caráter de classe do Estado que se defende

A LDED se diferencia da LSN exatamente por se tratar de uma lei que se propõe defender a democracia, não a ditadura. No fundamental, seu gume está voltado neste momento contra o autoritarismo e sua redação se baseia na experiência concreta dos desmandos cometidos pelo regime militar. Seu espírito geral, pode-se dizer, é de um "nunca mais" à tortura, ao desaparecimento de presos políticos, às violações às liberdades democráticas.

Ao se levantarem estes aspectos de classe da Lei, a arma política e ideológica do povo frente a um Estado que, adotando formas mais ou menos democráticas, em essência sempre defende uma minoria de poderosos. Sob o capitalismo, ainda que possam conseguir relativa liberdade, as massas trabalhadoras se encontram sempre sob o tacão de leis que se destinam a perpetuar a dominação do velho sistema. Mesmo num regime burguês democrático, é sempre necessário conquistar e manter com muita luta o direito de resistir à exploração e preparar as condições para a instauração de um novo sistema, socialista, onde seja abolida a exploração do homem pelo homem.

(Sílvia Queiroz e Bernardo Joffily)



Apesar da forte representatividade do CGT, o governo Goulart não o legalizou

# Resgatando a experiência do CGT na década de 60

Ao fundar a Central Geral dos Trabalhadores, no Conclat de março próximo, o sindicalismo brasileiro estará resgatando uma rica experiência do movimento operário e sindical do início da década de 60. Naquele conturbado período político, um forte organismo de luta dos assalariados com a mesma força, CGT, jogou papel de destaque na vida nacional, dirigindo inúmeras greves por conquistas salariais e pela democracia.

Um exemplo do que ocorre hoje, o Comando Geral dos Trabalhadores foi fundado a partir do ascenso das lutas trabalhistas e num momento em que o país vivia sob um clima de certas liberdades democráticas. A formação oficial do CGT, no IV Encontro Sindical Nacional, em agosto de 62, foi o coroamento do vasto movimento grevista, da renovação de diretorias sindicais e da atuação de várias intersindicais setoriais, como PUI (Pacto de Unidade Intersindical) e o PUA (Pacto de Unidade e Ação).

Com sua fundação, preservou-se a longa tradição de luta pela unidade do movimento sindical, iniciada com a estruturação da COB (Confederação Operária Brasileira), em 1908, e continuada com a CGTB, fundada em 29, o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), em 45, e a nova CGTB, organizada em 46. Mas de todas as centrais sindicais existentes na nossa história, o CGT foi o que alcançou maior repercussão nacional.

Ele começou a se delinear na década de 50, período de vertiginoso avanço do movimento operário. Já na greve de 27 dias dos 300 mil operários paulistas, em março de 53, surgiu o PUI, que congregou mais de 400 sindicatos de trabalhadores na indústria. A formação deste organismo representou um duro golpe na estrutura oficial corporativista.

A fundação da nova central estava prevista para o III Congresso Sindical Nacional, realizado em agosto de 1960, no Rio de Janeiro. Mas, não se efetivou devido às acirradas disputas políticas no meio operário.

## Pelegos e Igreja lutam contra a unidade sindical

Na época três correntes perseguiam a hegemonia do movimento operário. Uma marcadamente sindical, que era majoritária. Outra formada por antigos pelegos, também chamados de "amarelos" - alguns destes, como Antônio Magaldi, ajudaram a fundar recentemente a USI. E uma ter-

ceira, autodenominada de "renovadora", articulada por setores da Igreja (como a Frente Nacional do Trabalho) e pelos trotsquistas - os mesmos que hoje participam da CUT. Os "janistas" também participavam desta corrente.

Estas três tendências se encontraram no III Congresso, que reuniu mais de 2.500 delegados credenciados e cerca de mil sindicatos. E os pelegos e "renovadores" se uniram para barrar a fundação da central de trabalhadores, obtendo êxito momentâneo.

Pouco depois, os pelegos e "renovadores" fundaram, em maio de 61, o Movimento Sindical Democrático. A partir daí caiu a máscara dos traidores. O MSD se tornou uma articulação da direita sindical, contrária às greves, aliada dos reacionários que articulavam o golpe militar. Virou um reduto de divisionistas e pelegos derrotados em eleições sindicais. Em São Paulo o MSD só conseguiu apoio de 89 sindicatos dos 338 existentes no Estado. Isto na sua fase inicial. O denominador comum que unia as duas correntes, conforme seus documentos, era "a luta contra o comunismo e por um Brasil cristão-democrático".

Neste trabalho anti-sindical, o MSD contou com milionário apoio da reação, através dos governadores Carlos Lacerda e Carvalho Pinto, e do imperialismo. Seu principal financiador era o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), organismo dirigido pela CIA.

Mas a ação da direita não conseguiu deter o avanço das lutas sindicais. Em novembro de 1960 ocorre a famosa "greve da paridade". Ferroviários, marítimos e portuários param exigindo equiparação dos reajustes salariais entre civis e militares. Para dirigir os mais de 400 mil grevistas no país todo é formado um comando unitário, que logo se transforma no PUA.

Neste período também ocorre a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 61, que gera grave crise política. As forças retrógradas tentam impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, e dar um golpe militar. O movimento sindical organiza



POR UMA CGT FORTE

uma greve geral contra os golpistas e, juntamente com a pressão de outras forças democráticas, evita o retrocesso. Várias categorias param sob a direção unitária de um Comando Geral de Greve. O MSD se recusa a participar da mobilização e conclama os trabalhadores "a confiarem nas nossas Forças Armadas".

A experiência do Comando vai se repetir novamente no incidente conhecido como a "crise de gabinete", em julho de 62 - quando o Congresso Nacional tenta impor um Conselho de Ministros reacionários para dificultar o governo parlamentarista de Goulart. Contra essa nova investida da reação, parcela expressiva de sindicatos convoca uma greve geral para o dia 5 de julho e rearticula o comando nacional. Cerca de um milhão de trabalhadores aderem à paralisação e os golpistas recuam mais uma vez.

## MSD não consegue deter o ascenso grevista no país

Animados com o êxito das mobilizações, os sindicalistas resolveram transformar o Comando de Greve no almejado CGT. A fundação ocorre no IV Encontro Sindical Nacional, nos dias 17, 18 e 19 de agosto, que reúne 574 entidades e 2.566 delegados. Em pouco tempo ele ganha força e passa a representar o grosso do sindicalismo. Dos aproximadamente 3 mil sindicatos na época, uns 2 mil se filiam à nova central. Apenas uma confederação nacional de trabalhadores, a dos comerciários (CNTC), fica de fora.

O CGT, nascido da onda de paralisações (cerca de 500 mil grevistas em 59; 1,5 milhão em 60; 1,6 milhão em 61; e mais de 2 milhões em 62) e das várias greves políticas, passa a dirigir as principais lutas do país. Em 14 de setembro de 62, comanda uma nova greve geral, desta vez para forçar o Congresso Nacional a convocar o plebiscito nacional para decidir sobre a forma de governo no país - parlamentarismo ou presidencialismo. Os deputados da reação já no dia 15 cedem à pressão.

No ano seguinte o processo político se radicaliza. Os militares, com apoio aberto do governo norte-americano, articulam o golpe contra a democracia. O governo burguês nacional-reformista de Goulart vacila em aplicar as tão divulgadas "reformas de base", gerando descontentamento no meio do povo. E ainda incentiva a formação de uma central divisionista, a União Sindical dos Trabalhadores - criada por seu conselheiro político Gilberto Crockett de Sá em setembro de 62.

## Ação reformista desarma o povo contra o golpe

Neste quadro, o CGT não prepara efetivamente uma greve geral em defesa das liberdades. Já as paralisações econômicas estouram por todo o país, evidenciando a revolta espontânea dos trabalhadores contra a inflação galopante, o aumento do desemprego e as falsas promessas de Goulart. Um exemplo é a greve dos 700 mil operários paulistas em outubro de 63, que conquista 80% de aumento salarial para 11 categorias.

Quando vem o golpe militar, a classe operária é pega de surpresa. Na última hora o CGT ainda convoca uma paralisação geral, mas poucas categorias aderem. Em grande medida, essa apatia se deu por culpa da própria direção da central sindical. Hegemonizada pelos trabalhistas do PTB e pelos revisionistas do PCB, o CGT vinha cada vez mais se limitando aos acordos de cúpula com o governo, deixando de lado a organização independente dos trabalhadores na base.

Na prática, com o tempo o CGT ficou a reboque do governo Goulart, que, com seu discurso nacionalista, procurava fortalecer as posições da burguesia nacional e, principalmente, desviar a classe operária das ações revolucionárias. Num comício convocado pelo próprio CGT, o presidente da República deixou claro seu objetivo de colocar o movimento sindical a serviço do seu programa burguês-reformista. Ele disse que a central "é o organismo que o governo conta para realizar as reformas de base".

Essa orientação reformista, de conciliação com a burguesia, desarmou o povo, que acabou pagando o pesado ônus dos 21 anos de regime militar. Agora, quando a CGT é reconstruída, essa rica experiência dá lições para os que desejam forjar um sindicalismo forte e atuante.

(Altamiro Borges)

RUMO À CGT

## Sindicalismo paulista apóia fundação da CGT

Fundar a CGT no Congresso de março próximo e preparar a greve geral pela moratória unilateral da dívida externa. Estas foram as principais resoluções do Encontro das Classes Trabalhadoras de São Paulo, promovido pela Conclat nos dias 22 e 23 de fevereiro e que contou com a participação de 453 delegados credenciados, representando 74 entidades sindicais.

O Enclat paulista, apesar de organizado na última hora, representou um grande avanço no rumo da construção da Central Geral dos Trabalhadores. A esmagadora maioria dos presentes não vacilou em defender a formação imediata da nova central sindical, que deve ser "ampla, democrática, pluralista e unitária", satisfazendo "o anseio dos sindicatos do país que necessitam de um órgão centralizador de suas ações, unificador de suas experiências e coordenador de suas campanhas".

O encontro também evidenciou a disposição de combate dos sindicalistas que participam desta articulação. Os congressistas aprovaram com entusiasmo a proposta feita pela coordenação nacional da Conclat de definir no congresso da Praia Grande a data da "greve geral de protesto pela moratória unilateral e soberana da dívida externa". Segundo avaliação dos delegados, "a dívida externa é o problema principal que o país enfrenta. Ela não foi feita pelo povo brasileiro sim por governantes ilegítimos e entreguistas". Nesse sentido, propuseram "a suspensão do pagamento da dívida e de seus serviços, aprovando a greve geral".

### DIREÇÃO ESTADUAL

Mas o saldo mais positivo do Enclat foi a disposição manifestada pela maioria dos dirigentes sindicais de intensificar os preparativos para o Conclat de março. O objetivo é arrastar o grosso das entidades sindicais paulistas para o congresso de fundação da CGT. Este será o papel principal da nova direção da Conclat estadual eleita, que tem a frente Oswaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários, e Jamil Murad, do Sindicato dos Médicos, no cargo de secretário-geral.

Oswaldo informa que "a nova direção percorrerá todo o Estado convocando os sindicat-



Jamil e Oswaldo, eleitos para a nova direção estadual

listas para o congresso. Nosso intento é que a CGT seja fundada com grande representatividade para ter força para dirigir as lutas dos trabalhadores brasileiros. Além disso, também divulgaremos a proposta da greve geral, que é a melhor forma do sindicalismo fazer ouvir sua voz em defesa da soberania e dos direitos dos assalariados."

As expectativas nesse sentido são otimistas. Vários sindicatos que não participaram do Enclat devido à falta de estrutura, já se comprometeram a convocar assembleias de suas categorias e eleger os delegados para o Conclat. É o caso das entidades ligados à Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo). Seu presidente, Roberto Horigutti, garante que a bancada dos rurais será grande em março. A maioria dos 168 Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado está fechado com a CGT - apenas dois estão filiados à CUT (Guariba e Tupi Paulista).

### PCB EM CIMA DO MURO

A única voz destoante no encontro foi a dos sindicalistas vinculados ao PCB. Primeiro foram contra a decisão de suspensão do pagamento da dívida externa. Depois manifestaram reservas à proposta de greve geral, deixando implícito que ela "poderia tumultuar o processo político no país". Estas posições moderadas foram farragorosamente derrotadas.

Mas o que chamou mais atenção no Enclat foi a divisão nas fileiras revisionistas. Alguns de seus militantes defenderam a CGT; outros, com o falso argumento da unidade, pronunciaram-se contra a fundação; e uns poucos, de forma tímida, elogiaram a CUT. As divergências públicas expressaram a confusão no PCB, que ainda está em cima do muro com relação à cisão sindical, manifestando mais uma vez seu oportunismo.

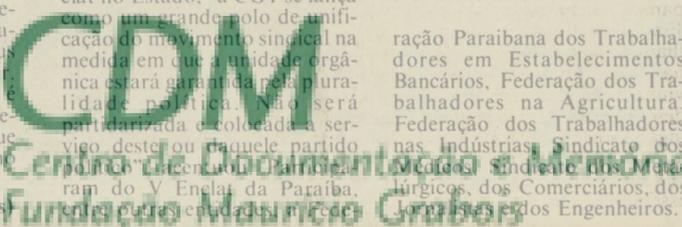
## Sindicalistas organizam o V Enclat da Paraíba

Vários dirigentes sindicais organizaram o V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (Enclat) da Paraíba, em João Pessoa, nos dias 1 e 2. Na pauta, a discussão de temas políticos da atualidade, como Constituinte, dívida externa, reforma agrária e a eleição de 160 delegados para participar, nos dias 21, 22 e 23, em Praia Grande, do congresso de fundação da CGT. Na opinião de Simão Almeida, presidente da Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande e representante da Conclat no Estado, "a CGT se lança como um grande polo de unificação do movimento sindical na medida em que a unidade orgânica estará garantida pela pluralidade política. Não será partidária e colocada a serviço deste ou daquele partido político".



Simão: "CGT sem exclusivismo"

Paraíba dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Jornalistas, dos Comerciários, dos Jornalistas dos Engenheiros.



# Oposição acusa pelego da construção civil baiana

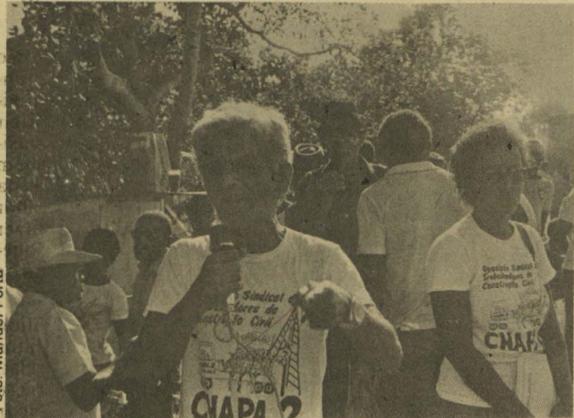
O presidente do Sindicato da Construção Civil de Salvador, José Cândido Velloso, é, ao mesmo tempo, funcionário da entidade, constando da relação de mensalistas e recebendo o maior salário. Além disso, o conhecido pelego contratou o próprio filho, forçou sua demissão, pagou a indenização e logo em seguida o readmitiu.

de um documento entregue pela oposição sindical, encabeçada pelo sindicalista Washington José de Souza, ao novo delegado regional do Trabalho, Valdir Régis.

Segundo o documento, o filho de José Cândido foi "demitido" em 1º de setembro de 1984, recorrendo à Justiça do Trabalho, chegando a um "acordo" com o sindicato em relação à inde-

nização. Mas estranhamente, nove dias após a tal demissão o seu nome consta do livro de registro de empregados, na página 57, estando rasurada a parte destinada à data e assinatura do empregado. A denúncia mostra que o tal acordo foi apenas uma encenação. E que Cândido José (filho de José Cândido) foi imediatamente readmitido ou então alguém fez constar nos livros de registros um falso funcionário. De qualquer forma o que fica evidente é a utilização ilegal dos cofres da entidade em benefício de uma pessoa.

Há muito que vem sendo denunciada a atividade nociva do pelego à frente do Sindicato. Mas o antigo delegado do Trabalho, Ivanilson Trindade de sempre tratou de acobertar as irregularidades. Enquanto isto, além de apontar a corrupção, a oposição sindical sempre protestou contra a atividade de dedo-duro praticada por José Cândido contra os elementos que não aceitam a sua traição ao sindicato e à categoria. (da sucursal)



Washington: "é preciso pôr fim às falcatruas"



Com muita energia trabalhadores da Cesp conquistam vitória

# Movimento vitorioso dos eletricitários da Cesp

Os eletricitários da Companhia Energética de São Paulo, Cesp, realizaram uma greve de 20 a 24 de fevereiro, concluída com uma importante vitória: a antecipação da data-base para 1º de janeiro, criando condições para unir as categorias essenciais ao setor de energia como Eletropaulo, Companhia Paulista de Força e Luz e Congás.

res, chegaram a mobilizar mais de 2.500 pessoas.

No interior do Estado a mobilização também foi grande. Foram realizadas as assembléias nas hidroelétricas de Água Vermelha e Jupia, com participação significativa de funcionários. Ainda segundo avaliação do comando de greve no interior, onde ficam 18 usinas de energia elétrica, 178 subestações e cerca de 10 mil trabalhadores, a paralisação atingiu o mesmo índice de cerca de 90%.

### PF EM AÇÃO

Embora sem repressão direta a greve foi acompanhada de perto pela Polícia Federal. Segundo declarações do delegado Veronesi, chefe da Delegacia de Ordem Política e Social da PF, o objetivo da operação era "detectar os líderes da greve sem interferir no movimento". E prosseguiu: "Se houver inquérito, já sabemos quem está insuflando". Em resumo, a Polícia Federal continua fazendo o dossiê dos trabalhadores mais combativos, sonhando com a repressão mais aberta e violenta.

A direção da empresa também procurou desmoralizar o movimento divulgando índices bem inferiores de paralisação e recusando-se a discutir com os grevistas. Somente a unidade da categoria conseguiu fazer com que a Cesp acabasse aceitando parte significativa das reivindicações dos trabalhadores.

Do ponto de vista econômico, os eletricitários conquistaram reajuste de 101,4%, correspondente ao Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) de fevereiro e três abonos de 25% cada a serem pagos em abril, maio e junho próximos. Foi antecipado para este mês um aumento salarial que só viria em agosto, antiga data-base da categoria.

Nos quatro dias de duração do movimento a grande imprensa também procurou indispor os grevistas com a população, afirmando a eminência de um blecaute. No entanto, os grevistas tiveram a preocupação de manter os setores de emergência, não suspendendo o fornecimento de energia.

(Olívия Rangel)

# Violências na Febem geram outra rebelião dos menores

Doze dias após a rebelião na Unidade de Recepção e Triagem da Febem do Tatuapé, Zona Leste de São Paulo, os menores se rebelaram novamente. A revolta foi dominada às 4 horas da manhã de segunda-feira, dia 24, após a intervenção da PM. Desta vez fugiram 138 menores. O governador Montoro esteve no local e anunciou várias medidas, entre elas a ampliação do número de vagas, pois o prédio está com superlotação. Na edição passada da Tribuna Operária denunciávamos os maus-tratos infligidos aos menores internados nas unidades da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), um dos principais motivos das constantes revoltas e fugas. Ex-funcionários confirmam estas violências e alguns, cinicamente, dizem que o fato dos internos poderem denunciar os castigos acabou com a moral deles!



Foto: Fernando Santos

A expressão e o gesto demonstram o desespero

# Santos: vitórias da unidade sindical

O movimento sindical em Santos conseguiu duas importantes vitórias, no Sindicato da Construção Civil e no Sindicato dos Bancários. No primeiro, que abrange uma categoria de 10 mil operários, a chapa "Unidade dos Trabalhadores", encabeçada por Francisco Moreno, derrotou a chamada "oposição", da CUT e do PT, por uma

diferença de 755 votos. No segundo, com 7 mil trabalhadores na base, a chapa de Norberto Estevan venceu os petistas - apesar de mil artimanhas - por uma diferença de 538 votos.

As chapas vencedoras representam uma renovação no sindicalismo. Foram compostas por uma parte da

antiga diretoria com novos elementos, lideranças forjadas nos últimos movimentos. As duas defendem um sindicalismo independente e combativo. Lutam por uma participação ativa dos trabalhadores na Constituinte, para impulsionar as mudanças, e são favoráveis à formação da CGT no próximo congresso da Conclat.

# Patrão da Itaipuam obrigado a recuar

Os operários da Empreiteira Itaipuam - do Grupo Ishikawajima -, bem como toda a categoria metalúrgica do Rio de Janeiro, acabam de conquistar uma importante vitória, obrigando os patrões da Ishikawajima a retirar uma ação judicial contra o sindicato impetrada no fim do ano passado.

Após a greve de 30 de outubro, dos trabalhadores

da Itaipuam, o patronato, não contente em demitir seus 800 funcionários, entrou com uma ação judicial contra o Sindicato, na 1ª Vara Cível, cobrando uma indenização de Cr\$ 2,7 bilhões, por ter prestado apoio aos grevistas. Imediatamente os operários vieram à público denunciar a arbitrariedade e a violação da legislação trabalhista. (Ver TO nº 253, seção Fala o

Povo). Fruto das pressões que se sucederam, a Ishikawajima resolveu recuar.

Apesar disto a situação dos operários da Itaipuam continua indefinida. O ministro Almir Pazzianotto havia prometido passar os trabalhadores para a categoria de metalúrgicos, mas quatro meses depois nada foi feito. Os 800 demitidos continuam na rua. (da sucursal)

# Greve por alimento melhor na Chesf

A demissão de oito funcionários da Companhia de Alimentos Salvador Comalsa, foi o estopim para a deflagração de uma greve de fome dos trabalhadores da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, Chesf, que trabalham no lago de Sobradinho, na Bahia. Os trabalhadores vinham há bastante tempo descontentes com a alimentação fornecida pela empresa e no dia 31 de janeiro, uma sexta-feira, realizaram assembléia geral no restau-

rante da Vila Santana, começando o movimento grevista. Os trabalhadores da Chesf consideram que houve rompimento do acordo coletivo feito em novembro de 1985, entre a Companhia e o sindicato, garantindo melhor qualidade e quantidade de alimentos e tratamento digno aos funcionários da empresa fornecedora.

Em consequência da greve, o administrador da Chesf, sr. Boneli, cancelou o contrato que estava para ser

assinado com a Comalsa e convocou a firma que ficou em segundo lugar na concorrência para explorar o restaurante. O movimento grevista foi considerado vitorioso.

O Sindicato dos Trabalhadores da Energia - Sinergia - fortaleceu seu trabalho no local, com a participação destacada dos delegados sindicais Paulo Rangel, Aliomar e Muccini. (da sucursal)

# Problemas na luta dos vigilantes

Encerrou-se na quinta-feira, dia 26, a greve dos vigilantes do Estado de São Paulo. Apesar de uma mobilização razoável (em torno de 60%) e do entusiasmo da categoria, que se mobilizou inclusive em diversos piquetes nos principais bancos e empresas de segurança, o movimento não conquistou as reivindicações de piso salarial de Cr\$ 2,3 milhões nem adicional de 100% para as horas extras.

A greve dos vigilantes enfrentou sérios problemas desde seu início. A começar pelo acordo

homologado pelo TRT que estabeleceu piso salarial de Cr\$ 1.750 mil e apenas 30% de adicional sobre as horas extras. A categoria foi representada pela Federação e pelo chamado Sindicato dos Etc, que engloba 23 categorias. Nenhuma dessas entidades teve a menor preocupação de consultar os vigilantes. E nenhuma delas é representativa da categoria. Na prática passam por cima das Associações de Vigilantes, particularmente a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de São

Paulo (Apeevs) dirigida por Josimar França, fundada em 1979 e que tem maior número de filiados e maior tradição de luta em defesa da categoria.

E como se tudo isso não bastasse, a Associação Profissional dos Trabalhadores em Vigilância, Segurança e Transporte de Valores de São Paulo, ligada à CUT, embora tenha também convocado a greve contra o acordo não mobilizou ninguém. Pelo contrário, na assembléia de quinta-feira, o advogado da entidade, Carlos Cotrim, acenou com o fantasma da possibilidade de decretação da ilegalidade da greve para atemorizar os líderes do movimento. A ilegalidade só foi decretada cinco dias depois. Como afirma Antônio Marciano, diretor da Apeevs e tesoureiro do Fundo de Greve, "daria para ter continuado o movimento. Esse pessoal da CUT veio fundar uma associação em dezembro último só para dividir a categoria. E ainda vem desmobilizar a greve, com medo da ilegalidade. Nós existimos há 11 anos. Por que em vez de reforçar nossa entidade esse pessoal da CUT funda outra? É mesmo para dividir o movimento sindical. E ainda por cima o tesoureiro do Fundo de Greve deles não prestou contas pra ninguém do que foi arrecada-



Muita disposição nas assembléias dos vigilantes

# Servidores de João Pessoa: exemplo de união

Os servidores municipais de João Pessoa iniciaram no último dia 17 uma mobilização sem precedentes na história recente da cidade. Cerca de mil garis da limpeza urbana, 350 médicos, 2.500 professores e 200 engenheiros empreenderam um movimento pelo pagamento do 13º salário ainda retido, reajuste salarial de acordo com a promessa do prefeito Carneiro Arnaud, que era de 80%.

Os garis protestam contra a vida miserável que levam, com um salário de Cr\$ 333 mil. Logo na segunda-feira de manhã eles impediram a saída dos caminhões basculantes do pátio da Secretaria de Serviços Urbanos, colocando sucatas de veículos no portão de entrada e esvaziando os pneus. Eles reivindicam o paga-

mento de salário mínimo, insalubridade (mais de 40%), salário família de Cr\$ 30 mil (atualmente é pago Cr\$ 6 mil), fornecimento de botas, luvas e refeição matinal para todos.

Os médicos, sob a liderança do presidente do Sindicato, Renô Torres Macaúbas, reivindicam um piso de três salários mínimos, pagamento do reajuste salarial retroativo a 1º de janeiro, adicional de insalubridade noturna, inclusão da categoria nos recursos da Ação Integrada de Saúde. Os professores atualmente recebem apenas Cr\$ 500 mil, um dos menores vencimentos do magistério em todo país e da região Nordeste, segundo o presidente da Associação dos Profissionais em Educação do município, Roberto de Oliveira.

Numa audiência dos dirigentes sindicais com o prefeito Carneiro Arnaud, houve uma decepção geral pois o único resultado foi o anúncio da liberação do 13º salário - que já estava previsto pelos funcionários. O resto foi promessa, muita promessa. E ainda por cima alguns assessores insinuaram que os médicos e engenheiros estavam "incitando os garis, pois estavam falando de barriga cheia". O presidente do Sindicato dos Médicos reagiu imediatamente, mostrando que é membro da Conclat e que representa por isto mesmo os trabalhadores independentemente de qual for a categoria a que pertençam, além de ser também servidor municipal e parte interessada na resolução dos problemas do município.

(da sucursal)

Associação de Desempenhadores e Membros Fundação Mauricio Grabois

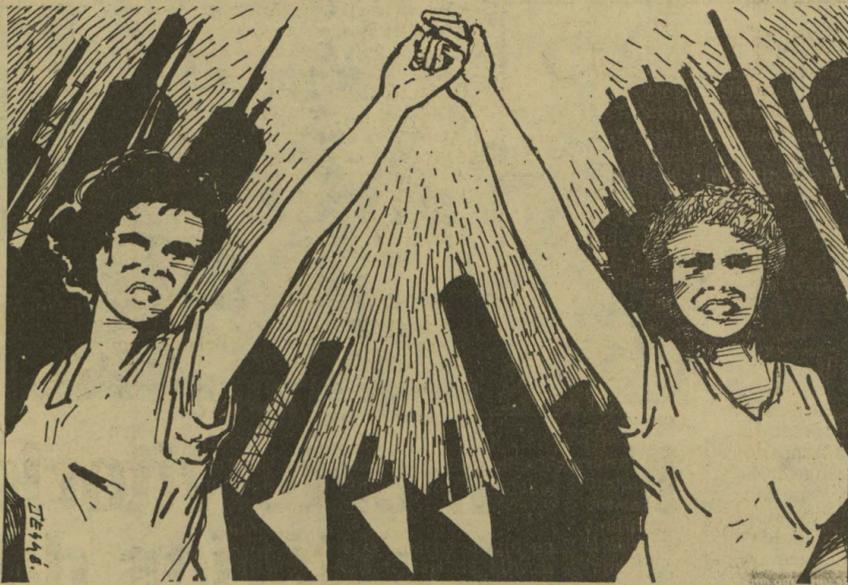
# Telefonistas de Santos têm vitória contra agressor

A discriminação da mulher no trabalho tem sido um fato contante na maioria das fábricas, seja por ser casada, por ter filhos, por ser negra ou tantos adjetivos tão bem explorados pelos patrões. Como se isso não bastasse, acontecem também os abusos por parte dos chefes em relação às funcionárias, chegando até a demissão de companheiras que não se submetem às cantadas desses senhores.

Já relatei na TO (nº 252) o caso ocorrido na Telesp de Santos.

Diferentemente do que costuma ocorrer, neste caso o Sindicato obteve uma importante vitória. O chefe, que passou a ser odiado pelo conjunto dos funcionários, recebeu a punição que todos esperavam: foi demitido.

Sabemos que as funcionárias vítimas das perseguições não foram punidas pela empresa, o que torna esta vitória mais completa.



Este é um exemplo que deve ser seguido pelas diversas categorias, e especialmente pelas operárias, onde este tipo de episódio é mais

comum. A unidade de ação entre os funcionários, homens e mulheres, o Sindicato e entidades de mulheres foi o fator fundamental

desta conquista. (Maria de Lourdes Rodrigues, da Comissão Sindical do Conselho Estadual da Condição Feminina - São Paulo).

# Comunidade Santa Terezinha tem sede e fome de justiça

A população de Santa Terezinha vem denunciar arbitrariedades em Itupiranga. No dia 25 de janeiro,

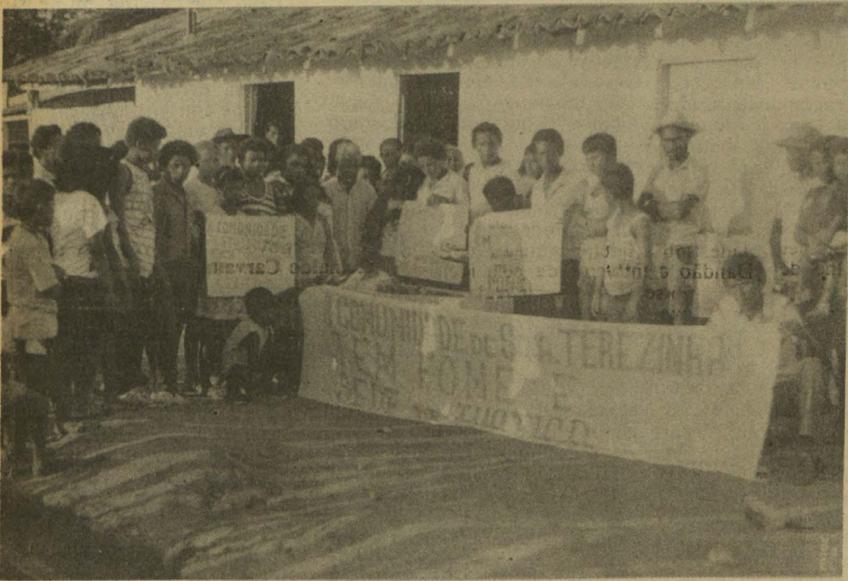
um policial à paisana da PM estava no cabaré do sr. Marrelão bêbado. E num bate-boca acabou atirando com

um revólver calibre 38 assassinando o jovem Edmar Alves Oliveira, filho de Leão Alves Oliveira e Tereza.

O revólver só tinha duas balas. Com um tiro ele tirou a vida do rapaz e errou o outro por causa do porre. Após o crime ele correu para a delegacia, e se municiou com balas, atirando quando a família corria para socorrer Edmar. Ele veio enfurecido, atirou de longe. O povo correu com medo e o corpo do rapaz ficou sozinho das 3 às 6 horas da madrugada.

O policial, chamado Ivanildo, quando soube que Edmar tinha morrido pegou um barco a motor e fugiu em direção a Marabá. O delegado e o comissário cruzaram os braços. Desesperada, a comunidade conseguiu fazer faixas para o sepultamento de Edmar, dizendo: "A comunidade de Santa Terezinha tem sede e fome de justiça" e a outra: "A violência em Itupiranga nunca teve punição".

Queremos que as autoridades saibam que não há só este caso de impunidade. (Tribuneiro de Santa Terezinha - Pará)



Manifestação durante o enterro do jovem assassinado pelo PM em Santa Terezinha

# Trabalhadoras reforçam o 8 de março

O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, será comemorado este ano com um significado maior. Isto porque ocorre dois meses após a realização do I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, fator crucial para o impulsionamento da luta das mulheres pelos seus

direitos na área do trabalho e de sua participação organizada no movimento sindical.

Em São Paulo, diversas categorias de trabalhadoras, realizarão um ato no dia 7 à noite no Sindicato dos Metalúrgicos. Nesta ocasião será organizada a participação das trabalhadoras na

Praça da Sé, no dia 8, onde se realizará uma manifestação unitária do movimento de mulheres.

O 8 de março surgiu da luta das têxteis da fábrica Cotton em Nova York, queimadas vivas a mando dos patrões. No entanto a parti-

cipação das operárias brasileiras tem sido pequena nesta comemoração. Agora conseguimos que diversos sindicatos passem a assumir essa data no calendário de luta dos trabalhadores. (Elizabeth Tortolano - Secretária Para Assuntos da Mulher da Conclat - SP).

# O ensino nazi-fascista de Jânio

Estou encaminhando esta carta endereçada ao sr. Jânio Quadros pela Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas para que seja publicada neste jornal. Ela demonstra como está repercutindo o péssimo governo municipal de Jânio e como cresce o repúdio a ele. A carta pode contribuir para que quem se deixou enganar e iludir não torne a eleger pessoas como ele.

"A Folha de São Paulo de 4 de fevereiro de 1986 informa as atitudes que V. Excia. tomou referentes ao Ensino Público Municipal. São providências preocu-

pantes e graves.

Preocupantes porque são indícios prenunciadores de uma gestão antidemocrática, como já se previa pela campanha política desenvolvida por V. Excia. e que lhe deu a vitória, apesar dos 60% de oposição.

Graves porque renovam um período autoritário e obscurantista de duas décadas em que a liberdade de expressão fora sistematicamente cerceada;

Graves porque o modelo nazi-fascista se faz presente no nosso cotidiano, modelo caracterizado pela censura e pela cegueira cultural

que todos já acreditavam superados;

Graves porque querem esconder da juventude estudantil verdades que lhe são necessárias ao exercício da cidadania;

Graves porque ignoram o pluralismo das idéias sem o qual a democracia inexistente;

Graves pela falta de sinceridade nesse ato administrativo, cuja filosofia educacional não se conhece porque não fora apresentada ao povo de São Paulo;

Graves pela má-fé representada pelas generalidades dos argumentos;

Graves porque disfarçam

a verdade; e enfim,

Graves por fazer crer que a Administração Municipal está preocupada com a problemática do ensino, quando tudo não passa de uma encenação cujos propósitos o tempo revelará.

Pela gravíssima situação a Associação Filosófica do Estado de São Paulo, núcleo regional da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas registra o seu mais veemente protesto pelas medidas pseudo-pedagógicas que V. Excia. tem tomado". (Raquel Guisoni - São Paulo, SP)

# Vila Esperança cria Associação

Os moradores de Vila Esperança, bairro periférico de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, vivem há 30 anos sem lotes legalizados, sem esgoto, sem posto de saúde, sem módulo policial nem local para esporte.

No último dia 8 de fevereiro criou-se a Associação

de Moradores, com eleição da 1ª diretoria. Segundo Daori Farias, presidente da nova diretoria, "queremos unir o povo para ter mais força". João de Oliveira, 1º tesoureiro, declarou que vão esclarecer os moradores para perceber as dificuldades do bairro, só lembrado

pelas autoridades na hora de pedir votos.

A chapa eleita era única e recebeu os votos de quase 80% dos moradores do bairro.

Além da mobilização que começa a ser feita pela nova diretoria no sentido de obter

as reivindicações para melhoria do bairro, também existe o interesse de participar do próximo encontro estadual de Associações de Moradores do Paraná para se integrarem no movimento estadual e pela unificação das lutas. (Tribuneiro de Pato Branco, Paraná).

As telefonistas de Santos conquistaram uma importante vitória na luta contra o chefe da Telesp que tentou por várias vezes agredí-las sexualmente: ele foi demitido.

O fato mostra que a coragem das trabalhadoras em denunciar este tipo de agressão e a força da unidade começam a dar frutos. Um exemplo a ser seguido também em outros campos da discriminação da mulher e na opressão do povo em geral. Parabéns, companheiras! (Olívia Rangel)



fala o POVO

# Moradores se mobilizam em Acampamento, Belém

Foi realizado no dia 16 de fevereiro, na Estrada do Acampamento, Vila Barata, 424, a Assembléia Geral de Moradores, com o objetivo de fundar a Associação dos mesmos daquela localidade chamada Acampamento.

O evento contou com a participação do presidente da Comissão Provisória Municipal do PC do B, Erico Leal, do presidente da Associação dos Moradores da Vila Rosa, Gilmar Alves, do representante da Comissão Pró-Federação dos Moradores do Pará, Horje Tadeu e outras personalidades.

Os trabalhos foram dirigidos pelo jovem Júlio Almeida de Matos, presidente, que após as falanças dos presentes fez a leitura dos estatutos, aprovados por unanimidade.

A Associação, fundada recentemente, já está criando condições para participar do Congresso de fundação da Federação dos Moradores do Pará, tem participado das discussões sobre o Projeto de Alimentação Popular e do Projeto de Leite para a população do Acampamento.

Através de sua primeira diretoria a Associação discutirá com outras entidades populares de Pedreira um projeto para ser entregue ao prefeito de Belém em sua passagem pela periferia

de Belém com as reivindicações dos moradores. Entre as reivindicações a construção de uma maternidade. Luta esta que vem sendo levada em conjunto com a União de Mulheres de Belém.

O Acampamento é uma localidade com grande tradição de luta. Em 1980 tinha uma boa organização dos moradores. Um dia eles acordaram com suas casas marcadas por um X vermelho na porta. Isto significava que elas deviam ser retiradas de acordo com o projeto Pró-Morar, do regime militar.

Mais de três mil moradores travaram uma luta, com ajuda da Igreja do bairro, e conseguiram muitos êxitos.

Em 1982 foram realizados diversos atos públicos dos moradores que lá viviam há mais de 20 ou 30 anos pelo direito à terra reivindicada pelo sr. Ferro Costa, um dos maiores senhores de terra do Pará. Os moradores foram em passeata até o BNH. Outras passeatas foram à Cohab.

No resultado, parte dos moradores foram assentados no conjunto do Pró-Morar e já criaram sua própria associação. Os que ficaram e continuaram se destacando na luta pelas reivindicações da população estão hoje na diretoria da Associação. (Augusto Vulcão - Belém, Pará)



Comerciário durante a greve que garantiu horário das 18 hs aos sábados

# Comerciários de Pelotas defendem seus direitos

A rede de supermercados de Pelotas ultimamente tem violado cláusula de convenção trabalhista que determina o fechamento dos supermercados aos sábados às 18 horas. Mesmo recebendo várias denúncias, os fiscais do Ministério do Trabalho têm feito vista grossa à fraude.

A redução da jornada de trabalho aos sábados, com o fechamento dos supermercados às 18 hs, foi uma conquista da greve dos dias 11 e 12 de setembro último. Antes a jornada de sábado era exaustiva, prolongando-se até às 22 horas ou além.

Desde o último mês os empresários começaram a aumentar a jornada, violando a convenção de trabalho. Primeiro aumentaram alguns minutos, depois duas horas. Ao mesmo tempo, os supermercados lançaram uma violenta campanha de intimidação, coagindo empregados a assinar listas pró-prorrogação da jornada de sábado, sob pena de demissão. Colocaram cadeados nas cortinas para impedir que os empregados fechassem os supermercados e anunciaram ostensivamente, através de cartazes e declaração à imprensa, que o "novo

horário" de atendimento aos sábados seria até às 20 horas.

O Sindicato da categoria fez várias denúncias à fiscalização do Ministério do Trabalho. Segundo a coordenadora da fiscalização, Dra. Iris Helena Candiota, os fiscais do Ministério do Trabalho "não têm condições de fiscalizar toda a rede de supermercados".

É possível que a tarefa seja difícil, mas em nenhuma hipótese inexecutável. Na verdade os fiscais não compareceram em nenhum dos 21 supermercados infratores denunciados!

O Sindicato dos Comerciários de Pelotas não vai ficar aguardando a improvável atuação dos fiscais. Em reunião realizada no dia 20 de fevereiro com a presença de José Carlos Schulte, presidente da Federação, decidiu-se por medidas bem mais eficientes: reunião e mobilização dos empregados nos supermercados e piquetes para impedir o acesso dos compradores. Os piquetes serão formados por outros comerciários, o que demonstra a mobilização e união da categoria. (João Alberto Luiz - Pelotas, Rio Grande do Sul)

# Escola pública cobra taxa obrigatória em Batalha, Piauí

Apesar da vida de todo o povo piauiense nestes dias difíceis, ainda aparecem os exploradores do dia-a-dia na Educação do Piauí.

Aqui em Batalha um pai de família se quer que seu filho estude, tem que pagar uma "taxa de ajuda" no valor de Cr\$2 mil segundo a diretora da unidade escolar Dirceu Arcoverde, Diógenes Pires, vice-prefeito. Escola da rede estadual de ensino! Escola já paga com os impostos de nosso suor e trabalho!

A denúncia é séria e esperamos que as autoridades competentes tomem as devidas providências, bem como devolvam a quantia solicitada aos alunos matriculados.

É preciso dar um basta aos exploradores do sistema estadual denominado Novo Tempo, pois só assim poderemos respirar e estudar realmente numa escola pública gratuita, como diz na Constituição. (Genival Machado, professor - Batalha, Piauí)

**Clóvis Moura**

*História de João da Silva e dos obstáculos que encontrou para sobreviver na terra do amor e da fartura ou cantoria em oito movimentos do homem do carrascal*

EDIÇÕES CORISCO  
Coleção Folheto

**A saga camponesa nos versos de Clóvis Moura**

"História de João da Silva e dos obstáculos que encontrou para sobreviver na terra do amor e da fartura" ou cantoria em oito movimentos do homem do carrascal" é a mais recente publicação do poeta e sociólogo Clóvis Moura. Trata-se de um poema herói-trágico em que João da Silva conta sua "história em tempo de descompasso no momento em que o protesto é semente mortuária (enquanto aguarda a vitória)".

No folheto, de 22 páginas, Clóvis Moura narra a trajetória de um lavrador que vai entendendo e se revoltando com as condições de existência no campo, as desigualdades sociais, o domínio do latifúndio. Nos versos do poeta, os embates da luta pela terra:

*Muitas vezes, quando a gente tinha um defunto parava e a terra que o guardava mais parecia uma flor.*

*Pois o guardava chorando e nós, depois, quando o sol pegava a barra do monte prosseguiamos cantando*

*com fuzil a tiracolo, sabendo que na refrega só vale o que fica escrito ou que se deita no solo."*

O cordel, publicado pelas Edições Corisco, de Teresina pode ser solicitado à Editora Anita Garibaldi, ao preço de Cr\$ 5 mil o exemplar.

**RACISMO PATRONAL**

Clóvis Moura acaba de publicar, também, o folheto "O negro no mercado de trabalho", onde é denunciada a cruel discriminação de que os negros são vítimas na procura de um emprego, desde o fim da escravidão em 1888. O trabalho é fartamente ilustrado pelo chargista Pestana, e pode ser solicitado ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, rua Antônio de Godoy, 122, São Paulo. A distribuição é gratuita.

Lançado em 1984, num momento alto de nossa história, e hoje já está na sua sexta edição com cerca de 50 mil exemplares vendidos, o romance **VIVA O POVO BRASILEIRO**, do jornalista e escritor baiano João Ubaldo Ribeiro é incontestavelmente um acontecimento extraordinário da literatura e da cultura brasileiras contemporâneas. Não tanto pelo número de exemplares vendidos, mas pela obra em si mesma, que conquistou dois prêmios em 1985: o Prêmio Jabuti e o Prêmio Golfinho de Ouro.

Seu título, seus personagens - os habitantes do Recôncavo Baiano - e o ambiente onde se desenrolam as principais histórias - a Ilha de Itaparica, "a terra mais brasileira que existe", podem dar uma falsa impressão de um retorno à exaltação nativista. Mas, **VIVA O POVO BRASILEIRO** é talvez o melhor exemplo em nossa moderna literatura de como o local e o regional se universalizam, dando-nos a dimensão da inclemência e das primícias desta terra, a extensão e a profundidade da epopéia que descreveu seu povo na luta pela afirmação como etnia, formação cultural e civilização nacional, em conflito com o colonizador, o opressor, o escravista e o alienígena. Aqui se funde o real, o fantástico, o alegórico, o misterioso, o épico e o apoteótico, o romântico e o erótico. Valores estes, contados e transmitidos através da mais preciosa e primorosa técnica literária, com inesgotável fôlego descritivo, riqueza vernacular, narrativa fluente, inovadora e envolvente. Um esmero do "artesão" em sua carpintaria da palavra!

O tema central de **VIVA O POVO BRASILEIRO** é a outra, a desconhecida e verdadeira face da nação brasileira. Conhecedor profundo do folclore, daquilo a que podemos chamar psicologia social, da história, do homem que a protagoniza e da terra que é seu berço, João Ubaldo revela suas verdades e seus mistérios, sua vontade coletiva, imperceptível, muitas vezes inconsciente e impronunciada, mas sempre real e pungente.

Mas, se não sente a sensação do já lido, sentirá o leitor, de alguma maneira, a do já feito ou já vivido, e mergulhará, ao menos pela força duma reação atávica, na grande saga escrita pela pena do autor. E nisso reside um dos grandes méritos da obra: o de transportar às origens para descortinar o presente e o futuro.

**Verdades, mistérios e a vontade coletiva do homem brasileiro, esse desconhecido**

Este transporte às origens aparece logo nas primeiras páginas, quando se narra o ato heróico do Alferes José Francisco Brandão Galvão, que, na Ponta das Baleias, "montando guarda às costas da terra mais brasileira que existe, foi ceifado pela garra ímpia e sem misericórdia de Portugal". Era a Guerra da Independência da Bahia, quando a Ilha de Itaparica foi inva-



didada. Em todo o romance realça a força, a nobreza, a beleza do homem, em confronto com a tibiez, a vilania e a fealdade.

Vejamos um exemplar desse contraste: "Que faz o homem ser belo? Isto não se sabe, pois não explicavam as mais velhas. Mais velha número um, que vem do povo plantador de pomas e hortas, acha belo aquele cujos braços desde o avô que se vêm alongando para colher o fruto e rapar a terra, mostrando excelência na sua produção e acato de seus pares. Mais velha número dois, que vem de povo pescador, que acha belo aquele que mais se realça num barco, que tem corpo e gestos de navegador, que reconhece a presença do peixe a um relance, que traz o peixe e é respeitado pelo zelo de sua profissão e assim fica belo como todos os que com ele se parecem também ficam. Mais velha número três, que vem do povo guerreiro, acha belo o porte do bom combatente, admira o que morre mas não perde, se apaixona pelo grande vencedor. Então Merinha não sabe, mas sente que talvez a mulher ache bonito o homem que lhe dê melhores filhos, pois assim, se ela não pode ser como ele, poderão sê-lo os filhos - e os filhos, afinal, são ela. E desta maneira ela se prolonga, preferindo ser a quinta mulher de um homem como ela quer que sejam seus filhos, a ser a primeira de um cuja semente não lhe falaria à memória que traz pelo corpo todo e que a Natureza não permite esquecer, um de quem não quereria parir. Assim é que as mulheres fiéis haverão sempre de existir, fiéis até a loucura, a insensatez, a falta de juízo isto porque são leais a seus ventres, depositárias valorosas de sua herança, e vai daí que se admira a mulher que espera seu homem, havendo histórias disto em todos os repertórios, e toda mulher, por mais que se negue, tem inveja se não consegue ser assim, pois, mesmo que não compreenda por quê, sabe que é superior ser assim".

Esta profunda digressão sobre a beleza e a natureza humana são a propósito da longa espera de Merinha, escrava mucama, Penélope dos trópicos, por seu homem, o negro Budião, que por quase dez anos dela se afastou para lutar entre os combatentes da Guerra dos Farrapos.

O contraponto a este ideal estético humano é encontrado em profusão numa galeria de personagens que sim-

bolizam as classes dominantes baianas e brasileiras, o colonizador português, o clero, seus serviçais e panegiristas, todos de mentalidade escravocrata, individualista, egoísta e repressora. Filho dessa nefanda grei, Perilo Ambrósio, dono de extensas propriedades na Ilha de Itaparica, feito Barão de Pirapama por meios ilícitos, falso herói da Batalha de Pirajá, estuprador de escravas e espancador de negros, tem assim retratado seu mundo interior: "...Perilo Ambrósio mergulhava a cabeça na escuridão de fora, e sem nada que lhe ocupasse a mente, tinha no rosto tanta maldade indiferente, tanta cruza e tanta ausência de bom sentimento que sua baba, se caísse, poderia matar as plantas rasteiras e sua vontade era apenas a vontade de que tudo existisse para si, a vontade que não se pode bem distinguir da morte. Ninguém viu essa cara tão má, nem podia ver, ninguém pensou nela, nem podia pensar - e Perilo Ambrósio limpou o suor nas fraldas da camisa, lembrando com satisfação que tampouco gostava de alguém".

**Um hino ao trabalho, à ciência, uma obra a serviço da afirmação dos trabalhadores**

João Ubaldo urde com exemplar maestria fabulações sobre almas desencarnadas e encarnações e reproduz diálogos entre orixás, babalorixás e ialorixás, os deuses e deusas do Olimpo da Bahia, entidades que com sua palavras aladas e façanhas guerreiras, alimentavam sonhos e reforçavam convicções. Exemplos dessas fabulações são a história de retiro selvagem e antropofagia do Caboco Capiroba, as sessões de incorporação de espíritos nas festas e ritos de candoblê dos negros da Ilha, sempre perseguidos e marginalizados, e a interferência dos Orixás na Guerra do Paraguai.

A narrativa de J.U. Ribeiro atinge o auge com a história da formação da Irmandade do Povo Brasileiro, a partir das reuniões secretas dos escravos negros na Casa da Farinha da propriedade senhorial. É fundada a Irmandade, sob a liderança do negro Júlio Dandão e influenciada pela idéia de que "não se pode esperar nada de um povo que, já sendo escravo, rende

homenagem a outro escravo com a prostração de quem oferece a cabeça e o costado para degrau ou capacho".

A Irmandade do Povo Brasileiro encerra a idéia de união, fraternidade, resistência e luta do povo contra a opressão, a escravatura e todo tipo de exploração. É a idéia-síntese do livro.

Essa concepção universal da existência e da luta do povo brasileiro se explicita quando os conspiradores da Casa das Farinhas, membros da Irmandade, organizam uma ação para libertar Bento Gonçalves, o legendário comandante das tropas farroupilhas, então preso no Forte de São Marcelo, na Baía de Todos os Santos, ou quando a personagem-síntese do livro, Maria Dafé, a que virou combatente e que realizava "tremenda ousadia, que os poderosos consideram desfaçatez mas o povinho admira", comanda os Militários do Povo na luta armada em Itaparica e no Recôncavo contra a opressão.

**VIVA O POVO BRASILEIRO** é também um hino ao trabalho, à atividade inventiva e criadora do homem, um louvor ao esforço produtivo e à ciência, a serviço da afirmação e da emancipação do homem. João Ubaldo caustica e conspurca a preguiça e o parasitismo, acusando-os de vícios contrários à própria natureza humana, pois (Maria Dafé ia) "...convencendo-se cada vez mais de que todo fazer, produzir e servir é sinal da beleza do mundo e somente é homem aquele que faz, produz ou serve".

**VIVA O POVO BRASILEIRO** é um livro que reúne as qualidades do alto padrão estético e do valor educativo, contribuindo para esclarecer e despertar consciências. O brado "Esta terra é nossa", tantas vezes repetido por seus personagens é de indiscutível atualidade. Soa como protesto mas também como alerta e chamamento. Protesto contra o avassalamento do país e o cosmopolitismo das classes dominantes, que sempre nos rebaixaram e rebaixam, alerta para que se entenda seu real significado como a luta pela união do povo e chamamento para que este povo, nós todos, prossigamos a saga da Irmandade do Povo Brasileiro, trilhemos as veredas dos Militários do Povo de Maria Dafé e assim conquistemos um lugar no Panteão dos povos livres. E viva nós! (José Reinaldo Carvalho)

Viva o povo brasileiro pode ser solicitado à Editora Anita Garibaldi, com envio de cheque nominal, reembolso postal ou vale postal. Av. Brig. Luís Antônio, 1511, CEP 01317.



João Ubaldo Ribeiro produziu um livro que contribui para despertar consciências

**LIVROS - REVISTAS - POSTERS - POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS - EXPOSIÇÕES**  
Livros em 3 vezes sem acréscimo

**ARTE PAU BRASIL**  
ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAISO - SP  
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)  
Fone: 279-0147 - CEP 01504  
SEG. A SAB. 10 AS 23 HS.  
DOM. 16 AS 23 HS.

**Tribuna Operária**

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.  
Telefone: 36-7531 (DDD 011)  
Telex: 01132133 TLOBR  
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.  
Conselho de Direção: Rogério Lantoso, Bernardo Joffily, Olivia Rangeli.  
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.  
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.  
AMAZONAS - Manaus: Rua Simão Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lazarus. Telefone: 237-6644 - CEP 64000.  
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Aca Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.  
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itaperitins: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44000. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Avelar, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.  
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.  
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.  
ESPÍRITO SANTO - Cachoeira do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.  
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000.  
ANÁPOLIS: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.  
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.  
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.  
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.  
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.  
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.  
PARANÁ - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campinas Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.  
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000.  
Londrina: Rua Sergipe, 964, sala 206, 2º andar - CEP 86100.  
PIAUI - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.  
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500.  
Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000.  
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Desodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.  
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua Dr. Casa-grande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinhas: Av. Flores da Cunha, 1255, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. 2119, Caixa Postal 533 - IJUÍ: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar.  
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 504 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.  
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.  
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vila Rica, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.  
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Foto-Lit e Fotolito, Litografia: Litografia Ltda. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorues, Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

**Tribuna Operária**

**Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Envie para o endereço da imprensa operária para fortalecimento da imprensa operária.**

**X** Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)  Cr\$ 260 mil  
Anual popular (52 edições)  Cr\$ 130 mil  
Semestral (26 edições)  Cr\$ 130 mil  
Semestral popular (26 edições)  Cr\$ 65 mil  
Trimestral (13 edições)  Cr\$ 33 mil  
Anual para o exterior (dólares)  US\$ 70

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... CEP: .....  
Estado: .....  
Profissão: .....  
Data: .....

Endereço para seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

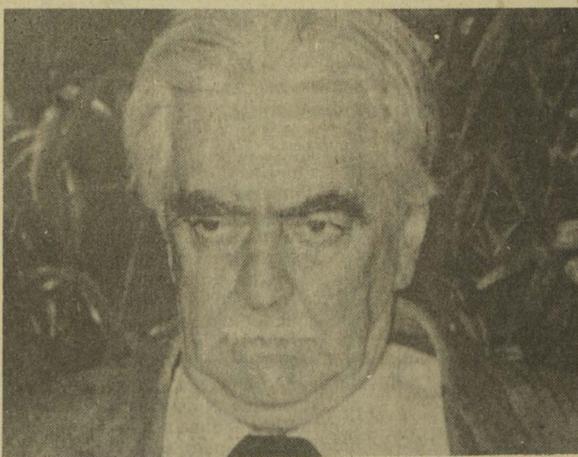
# Inquisição janista nas escolas

Com grande furor, o prefeito Jânio Quadros investiu contra tudo que fosse progressista na área da educação municipal. Em menos de dois meses de mandato revogou o Regimento Comum das Escolas Municipais; mandou apreender e destruir livros e obras de apoio pedagógico; tentou por decreto instituir um "civismo" demagógico; proibiu afixar cartazes de cunho ideológico nos estabelecimentos de ensino. Junto a tudo isso veio as ameaças e punições a quem não rezar por sua cartilha, criando um clima de terror entre professores, funcionários e alunos.

Uma das últimas medidas do prefeito de São Paulo lembra em muito a época áurea da ditadura fascista dos militares, ao tentar implantar um movimento cívico por decreto, distante dos anseios da população. No dia 20 de fevereiro saiu publicado no Diário Oficial do Município decreto que obriga os alunos a participarem do hasteamento diário da bandeira nacional, cantar o hino nacional uma vez por semana e assistir a aulas de Educação Moral e Cívica.

Este ato - como tantos outros - causou indignação dentro e fora das escolas. Marcos Leodoro, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, acha que o simples fato de levantar bandeira não cria um sentimento de civismo, mas ao contrário, acaba gerando revolta. Marcos enfatiza: "E nós sabemos qual o sentimento cívico dele. Enquanto o povo estava lutando pelas diretas, ele (Jânio) estava tomando uísque no Guarujá".

Jânio quis dar um outro golpe nos estudantes, tentando impedir a organização dos Grêmios Livres nas escolas municipais. Mas teve que voltar atrás porque estava passando por



Jânio quer as escolas como um mosteiro...



...silenciosas e sem críticas dos professores e alunos

cima de uma lei federal instituída no ano passado concedendo o direito de se criar Grêmios Livres em todas as escolas.

## APREENSÃO DE LIVROS

Estudantes e alunos saíram prejudicados com outras medidas atribuídas postas em prática pelo ex-presidente Jânio Quadros. Uma delas é a revogação do Regimento Comum das Escolas Municipais, aprovado no ano passado e que propunha uma maior participação dos professores, pais e alunos nas decisões das escolas. Com a atual medida os difetores podem exercer o seu autoritarismo, pois têm todos os poderes das escolas em sua mão.

Vai assim por água abaixo um Regimento que foi discutido democraticamente em todas as escolas municipais e que contou também com a assessoria de professores da USP e Unicamp. Segundo uma diretora de uma das mais de 500 escolas municipais, a rigor

a prefeitura está sem regimento para as escolas, "porque não existe isso de ressuscitar uma lei".

Essa mesma diretora, que não quis citar o nome temendo represálias, diz que o prefeito quer "destruir todo o trabalho feito pela administração do PMDB". Dentro desta ótica é que se entende o motivo da instauração da inquisição na rede municipal, com a apreensão e destruição de livros e obras de apoio pedagógico. Dentre estas obras apreendidas estão a coleção "Retrato do Brasil" e o volume "Construindo Material Didático para a Pré-Escola", que é apenas um catálogo de brinquedo confeccionados com sucata, pelos professores das escolas de Ensino infantil

## PUNIÇÃO PARA QUEM DISCORDAR

Duas professoras que expuseram suas críticas publicamente a estas medidas do prefeito foram punidas com suspensão: Regina de Castro Pompeu, diretora da EMPG



Foto: Antônio Carlos Mafalda



Foto: Flávio Canalonga

Material apreendido (foto maior), entre eles o fascículo "Retrato do Brasil". Nas escolas uma professora, receosa das perseguições, se esconde atrás do símbolo da República.

Marechal Esperidião Rosas e Maria Rita Cáceres, presidenta da Associação dos Professores e Especialistas de Educação do Ensino Municipal. Uma das punidas desabafa: "Jânio quer instaurar um clima de subversão e terror dentro das escolas".

Não só na carreira política Jânio mostrou o seu ranço conservador. Na obra "História do Povo Brasileiro", escrita em parceria com o jurista Afonso Arinos, desfiou suas concepções sobre o nosso passado. A

respeito do período mais recente não se envergonha de auto-bajular-se, como quando se refere a sua pessoa quando se candidatou à presidência da República, disse que "seu nome já era uma legenda, senão que lenda nacional". Depois afirma: "A renúncia foi, assim, expressão de uma coerência de tipo heróico, no sentido carlyliano".

Não cansa de elogiar os militares e sobre o golpe de 64 diz: "A revolução tornara-se necessária e inevitável pela atuação

insensata e amoral do governo presidencial de Goulart". Deixa a verdade de lado, para tentar inocentar os militares no incêndio da sede da UNE: "...os dirigentes da união dos estudantes incendiaram a própria sede, a fim de destruir arquivos que os pudessem comprometer".

Como a Igreja ao sugerir a apreensão do filme "Ave Maria", Jânio tenta banir das escolas tudo aquilo que não está de acordo com a sua visão de cultura.



1945 As Constituições e Constituintes brasileiras 1984

# Petista acusado de corrupção

Corrupção e mordomias no PT e no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Alagoas. É o que denuncia o ex-advogado do sindicato, José Gonçalves, demitido pelo presidente da entidade, fundador do PT local e dirigente da CUT alagoana, Pedro Luiz da Silva. As denúncias envolvem também o tesoureiro do sindicato, Herbert Moreira.

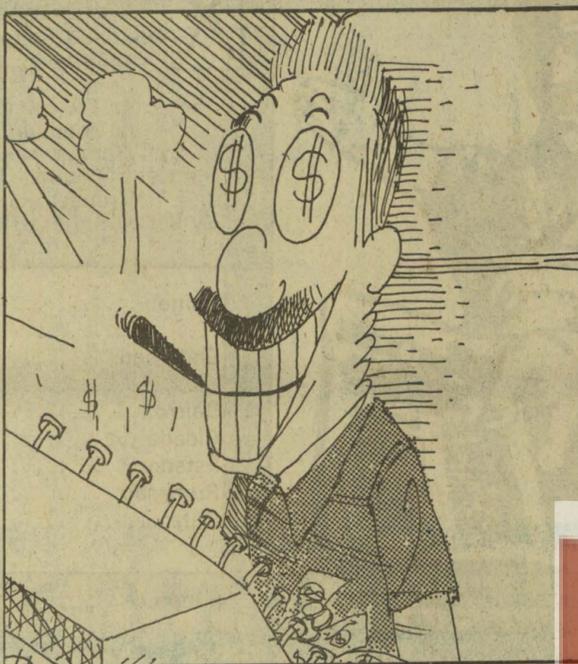
José Gonçalves, que chegou a ser candidato a vice-prefeito de Maceió pelo PT, documentou suas acusações num dossiê contendo todo tipo de provas: recibos, comunicações do PT, folhas de pagamento e declarações anteriores do advogado, onde ele já condenava práticas que a diretoria petista do sindicato continuou adotando, mesmo sabendo que eram ilegais. O dossiê, com quase 20 páginas, foi enviado à Delegacia Regional do Trabalho, aos demais sindicatos, à imprensa e aos trabalhadores da base do sindicato, que ficaram revoltados.

Há seis anos José Gonçalves era advogado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas. Em março do ano passado, a diretoria da entidade o incluiu numa lista tripla enviada ao ministro do Trabalho e ao presidente da República, com os nomes indicados para a escolha do Delegado Regional do Trabalho em Alagoas. O sindicato o sugeria "por seus relevantes serviços prestados às entidades sindicais".

## GOVERNO FINANCIAVA PT

No ano passado, ele foi escolhido candidato à vice-prefeito da capital pelo PT. Mas um mês antes da eleição retirou sua candidatura e, em entrevista à imprensa, denunciou que o PT

estava contribuindo para dividir as oposições e que isso era orientado pelo PDS-PFL. afirmou que o candidato a prefeito petista, Reinaldo Cabral, "estava sendo financiado pelo governo do Estado, para facilitar a vida do PDS-PFL". Acusou de "aventureiro" o candidato a prefeito e disse que ele estava embolsando recursos



da campanha. O PT terminou a eleição num deplorável último lugar, com menos de mil votos.

As denúncias de José Gonçalves fizeram com que ele caísse em desgraça no PT e na diretoria do sindicato. Ele começou a receber advertências dos diretores, sob qualquer pretexto. Gonçalves contra-atacou com mais denúncias. Revelou que a filiação do sindicato à CUT foi feita sem nenhuma consulta a nenhuma assembleia de trabalhadores. Em janeiro foi demitido de suas funções de assessor jurídico. Os mesmos petistas que o haviam indicado para

delegado do Trabalho, agora o acusavam de "incompetente".

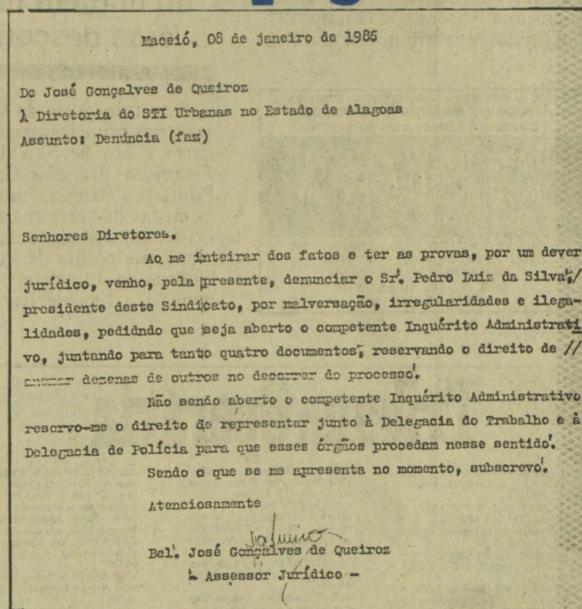
O peso das denúncias - e as provas, que não davam margem a desmentidos - levou ao desespero a direção do sindicato, que começou a se desmoralizar perante as bases. Tentou-se fazer um abaixo-assinado em apoio à diretoria, mas apenas cerca de 30 incautos subscreveram o documento. O abaixo-assinado foi abandonado, e a diretoria ficou apenas com notas na imprensa.

As denúncias envolvem nominalmente Pedro Luiz e Herbert Moreira, inclusive em crimes de peculato. Revelam, por exemplo, que o atual presidente do PT em Alagoas, um desconhecido chamado Evaldo Macedo, foi "importado" da Bahia exclusivamente para presidir o partido, e recebe um salário do sindicato "para preferir palestras".

Gonçalves denuncia que "máquinas, equipamentos, papéis, telefones, funcionários, carro e gasolina, tudo pago pelo sindicato com o dinheiro dos trabalhadores, eram e continuam sendo usados a serviço do PT". E ele prova que até o papel timbrado da entidade era usado para comunicações do chamado "Partido dos Trabalhadores".

## CORRUPÇÃO SINDICAL

E vai adiante: "Todo mês o presidente e o tesoureiro do sindicato metem a mão no dinheiro da entidade, recebendo gratificações, embora ganhem salários das empresas onde trabalham". Além disso, Pedro Luiz recebe também "tributação" da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas e dis-



Fac-símile da carta-denúncia do advogado Queiroz

põe dos recursos financeiros da CUT". O advogado apresenta recibos de "gratificações" dos dois dirigentes sindicais.

Uma das mais graves denúncias feitas pelo advogado, com farta documentação, é sobre rescisões de contratos de trabalhadores, homologadas pelo sindicato sem a assinatura dos demitidos. "Isso mostra o desrespeito com que a diretoria trata os associados", afirma Gonçalves.

"Todo dia, inclusive nos fins de semana", informa o denunciante, "o presidente leva o automóvel do sindicato para casa como se fosse dele. Vai

para onde quer, com quem quer, com a gasolina paga pelos trabalhadores". E mais: Pedro Luiz "chega a se dar ao luxo de tomar um avião com passagem paga pelo sindicato. Inventava qualquer coisa para fazer em São Paulo, mas vai mesmo é tratar de assuntos pessoais dele". Nos congressos da CUT, revela o advogado, "ele manda os trabalhadores de ônibus e viaja de avião. Desde que é presidente, não sabe o que é viajar de ônibus". A diretoria da entidade ainda não achou uma resposta convincente a dar para as denúncias de seus escândalos.

(da sucursal)